



Alexandre de A. Mourão
Clara F. Figueiredo
Rafael Schincariol
(Org.)

LAMPEJOS



SYNERGIA
EDITORA

Copyright © 2016 / Alexandre de A. Mourão, Clara F. Figueiredo, Rafael Schincariol

Editor: Jorge Gama

Diagramação Flávio Meneghesso

Capa Equipe Synergia

Revisão: Lorrane Martins

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
ROSANGELA ARAGON CBR 7 - 4873, RJ

M929I Mourão, Alexandre de A.

Lampejos: arte, memória, verdade, justiça. / Alexandre de A. Mourão,
Clara F. Figueiredo, Rafael Schincariol. – Rio de Janeiro: Synergia Editora,
2016; Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Ministério da Justiça.

200 p. : il. color. ; 22 cm

Publicado em coedição com a UFMG e o Ministério da Justiça.

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-68483-28-2

1. Arte – Brasil. 2. Memória – Brasil. 3. Verdade – Brasil. 4. Justiça – Brasil

I. Figueiredo, Clara F. II. Schincariol, Rafael. III. Título

CDD: 343.293(81)

CDU: 341.7676



Livros técnicos, científicos e profissionais

Tel.: (21) 3259-9374

www.synergiaeditora.com.br – synergia@synergiaeditora.com.br



Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Justiça

Eugênio Aragão

Secretário Executivo

Marivaldo de Castro Pereira

Presidente da Comissão de Anistia

Paulo Abrão

Vice-Presidente da Comissão de Anistia

José Carlos Moreira da Silva Filho

Conselheiros da Comissão de Anistia

Aline Sueli de Salles Santos

Ana Maria Guedes

Ana Maria Lima de Oliveira

Carolina De Campos Melo

Caroline Proner

Claudinei do Nascimento

Cristiano Otávio Paixão A. Pinto

Eneá de Stutz e Almeida

Henrique de Almeida Cardoso

José Carlos Moreira Silva Filho

Juvelino José Strozake

Manoel Severino Moraes de Almeida

Márcia Elayne Berbich Moraes

Marina da Silva Steinbruch

Mário Miranda de Albuquerque

Marlon Alberto Weichert
Narciso Patriota Fernandes Barbosa
Nilmário Miranda
Paulo Abrão Pires Junior
Prudente José Silveira Mello
Rita Maria de Miranda Sipahi
Roberta Camineiro Baggio
Rodrigo Gonçalves dos Santos
Vanda Davi Fernandes de Oliveira
Virgínius José Lianza da Franca

Diretor da Comissão de Anistia
Claudinei do Nascimento

Coordenadora-Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil

Tatiana Tannús Grama

Coordenadora-Geral de Gestão Processual

Marleide Ferreira Rocha

Coordenador de Ações Educativas

Alexandre de Albuquerque Mourão

Coordenadora de Reparação Psíquica e Redes

Carla Osmo

Coordenador de Controle Processual

João Alberto Tomacheski

Coordenadora de Julgamento e Finalização

Natália Costa

Divisão de Informação Processual

Rodrigo Desessards Nelsis

Divisão de Arquivo e Memória

Mayara Nunes de Castro do Vale

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| ARTE POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA (Paulo Abrão e Alexandre de A. Mourão)..... | 11 |
| SEM MEMÓRIA NÃO EXISTE NAÇÃO (José Luiz Del Roio)..... | 15 |
| LAMPEJOS: DOS SUSSURROS AOS GRITOS DA MEMÓRIA OBSTINADA (Alexandre de A. Mourão, Clara F. Figueiredo e Rafael Schincariol)..... | 19 |
| ANGELI..... | 25 |
| CARLOS LATUFF..... | 33 |
| COLETIVO APARECIDOS POLÍTICOS (Sabrina Araújo, Sara Nina, Stella Maris, Marcos Venícius e Alexandre de A. Mourão)..... | 39 |
| COLETIVO POLÍTICO QUEM (Catarina Pedroso, Clara F. Figueiredo, Dario de Negreiros, Daniel Nagase, Fábio Luís Franco, Lucas Paolo S. Vilalta, Pedro Lagatta e Rafael Schincariol)..... | 57 |
| COLETIVO RJ MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA..... | 71 |
| FERNANDO CARVALL..... | 79 |
| FRENTE DE ESCULACHO POPULAR..... | 85 |
| GRUPO FILHOS E NETOS POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA..... | 99 |
| FÁBIO CAMPOS..... | 104 |
| LUÍS ZORRAQUINO..... | 111 |
| PAULO SIPAHI..... | 117 |
| GUSTAVO GERMANO (Horacio Verbitsky)..... | 123 |

| | |
|---|-----|
| KIWI CIA DE TEATRO (Fernando Kinas)..... | 145 |
| LAERTE COUTINHO..... | 153 |
| LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE..... | 159 |
| PAULO EMMAN..... | 173 |
| POR QUE O SENHOR ATIROU EM MIM?..... | 179 |
| SABÔ COLETIVO..... | 189 |
| POSFÁCIO (Denise Gomes de Aviz)..... | 195 |

ARTE POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

No Brasil, a Comissão de Anistia, criada em 2001 no âmbito do Ministério da Justiça para reparar os atos de exceção praticados pelo Estado entre 1946 e 1988, desde 2007 ampliou a sua atuação – antes focada na reparação econômica – de maneira a empreender também políticas de reparação simbólica e promoção da memória das graves violações de direitos humanos. Com o fim de aprofundar o processo democrático brasileiro, concebeu e realizou projetos, como Caravanas da Anistia, Marcas da Memória, Clínicas do Testemunho, Memorial da Anistia Política do Brasil e Revista Anistia.

O livro *Lampejos Arte, Memória, Verdade, Justiça* se insere na abordagem simbólica, cultural e pedagógica da Comissão de Anistia. A partir da iniciativa da Coordenação de Articulação Social e Ações Educativas, esta publicação tem como objetivo apresentar à sociedade brasileira coletivos e artistas que vêm aprimorando lutas para que o Estado brasileiro promova uma política pública em memória, verdade e justiça, e efetive as recomendações ao Estado brasileiro, produzidas pela Comissão Nacional da Verdade, a partir de reivindicações históricas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, ex-perseguidos políticos e sociedade civil.

Em tempos de pedidos de “intervenção militar” e “volta da ditadura” é mais do que pertinente que a juventude, principalmente, saiba o que de fato aconteceu durante a ditadura militar. E, mais: que jovens conheçam iniciativas de outros jovens e artistas que, mesmo não tendo vivido aqueles anos de exceção, não querem nunca mais perseguições políticas, mortes e desaparecimentos forçados. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!

Brasília, 16 de junho de 2016

Paulo Abrão

Presidente da Comissão de Anistia

Alexandre de A. Mourão

*Coordenador de Articulação Social e Ações Educativas
Psicólogo, artista e doutorando em Psicologia
pela Universidade de Brasília*

SEM MEMÓRIA NÃO EXISTE NAÇÃO

A história é um campo de batalha incessante. Quando nos aproximamos dela nos primeiros anos de escola e decoramos nomes e datas, somos levados a pensar que tudo está lá: imóvel, imutável, tal como as tábuas de Moisés. Nada mais longe da realidade. Logo, aprendemos que existem posições diversas e mesmo contrapostas sobre os mesmos fatos. Isso não somente porque a pesquisa incessante descobre sempre novos documentos, restos arqueológicos, e se aplicam métodos mais elaborados de busca.

Sobretudo porque crescem demograficamente grupos humanos, deslocam-se de suas áreas originais, nascem novas relações de produção, criam-se conflitos diversificados, rompem-se os valores e conceitos conhecidos e estabelecidos. Estes atores que reforçam suas presenças querem saber qual é sua colocação, sua origem, de onde vieram e para onde vão.

Um exemplo no caso brasileiro: três séculos e meio de escravidão degradaram completamente o conceito de trabalho. Quando irrompem a nossa frágil industrialização, os operários, tendo como patrões os escravocratas de sempre, exigem o respeito de sua

labuta e a dignidade de sua colocação social. Para isso, combatem, são reprimidos com demissões, cárceres, espancamentos, deportações e mortes. Mas reescrevem a história "imutável" do passado.

A mal chamada "elite" brasileira, uma das mais retrógradas do planeta, que exala ódio pelo povo de seu país, que vê o espaço geográfico e suas riquezas apenas como algo que deve ser depredado, que almeja ser reconhecida como servos de luxo dos conglomerados financeiros internacionais, olha com horror as movimentações populares; e, de forma quase desesperada, tenta congelar a história e criar um enorme vazio na memória nacional. Assim, não existirá a nação, apenas mão de obra a explorar, natureza para destruir.

Esta política foi implantada pela Ditadura Militar de 1964 e continuada com a transição democrática imperfeita, a partir de 1988, facilitada pelo refluxo dos movimentos populares. Tratava-se de manter a lenda da escravidão doce, da ditadura branda, do povo pacífico e feliz, entre outras porcarias.

Claro que houve resistência e luta, mas muito fechada entre os muros da academia e com alguns bravos historiadores que desmascaravam estas falácias. Heróico e persistente foi o bom combate travado pelas famílias dos mortos e desaparecidos e por outras vítimas da ditadura. Mas se encontravam isoladas.

Contudo, como tudo o que é ruim não consegue persistir para sempre, grupos de jovens vieram para arrancar as máscaras criadas e demonstrar a horrível realidade do nosso passado recente e mesmo o mais remoto. Estudaram o período da ditadura, realizaram intermináveis conversas com os resistentes de antanho, comoveram-se com as sevícias que muitos sofreram, ficaram orgulhosos com os que se doaram para uma pátria mais livre e igualitária. Usaram seus corpos, sua inteligência e uma imensa criatividade para sacudir do torpor uma sociedade paralisada. Teatro, música, dança, dor e indignação foram os ingredientes. Locais de memória foram visitados e

abraçados com amor, casas de torturadores esbrachadas ou esculachadas. Seus rostos infames apareceram, com a covardia e miséria que são inerentes a este tipo de seres humanos (?).

Condicionaram a criação da Comissão Nacional da Verdade e seus avanços e muitas outras que nasceram pontilhando o imenso território brasileiro. Abriram frestas na estrutura do Estado em vários níveis e fizeram penetrar o ar fresco da memória rediviva. A verdade reluziu com mais força e clamaram contra uma justiça que jamais se realiza. Conseguiram ligar com inteligência os males das décadas passadas com a realidade em que vivem, como o massacre realizado por agentes do estado contra a juventude negra das periferias das grandes cidades, e a persistência do patriarcalismo feminicida e discriminador contra as minorias sexuais.

Este volume conta com imagens vibrantes e comoventes sobre o que foi aquela luta que continua até hoje. Em si mesmo, este livro significa outra trincheira conquistada.

Permita-me, como antigo militante do passado, que conheceu dezenas de suas companheiras e companheiros massacrados, sentir-me orgulhoso de todos estes jovens. Mais ainda, agradeçê-los por manter a esperança, pois sem ela não existe vida e nem nação.

José Luiz Del Roio

Ex-Senador da República Italiana e Membro do Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça

LAMPEJOS: DOS SUSSURROS AOS GRITOS DA MEMÓRIA OBSTINADA

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo "tal como ele propriamente [ou supostamente] foi". Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo.

Não ressoa nas vozes a que damos ouvido um eco das que estão, agora, caladas?

Se assim é, um encontro secreto está então marcado entre as gerações passadas e a nossa.

Walter Benjamin.

Em **6 outubro de 2009**, um grupo de estudantes de Artes Visuais de Fortaleza, depois de presenciar a chegada e o velamento dos restos mortais do desaparecido político Bergson Gurjão Farias, começou a realizar rebatismos populares e intervenções urbanas em espaços públicos que homenageavam ditadores e torturadores. Em uma alusão aos desaparecidos políticos, foi fundado, em outubro 2010, o Coletivo Aparecidos Políticos.

Entre **abril e setembro de 2011**, perguntas como “Quem torturou Dilma Rousseff?” e “Quem matou Alexandre Vannucchi Leme?” circularam em cédulas de Real, muros e postes de São Paulo. Tratava-se de uma ação do recém-surgido “Coletivo Político Quem” que, retomando as “Inserções em circuitos ideológicos” (1975), de Cildo Meireles, se valia do fato de a presidente recém-empossada ter sido torturada na ditadura civil-militar brasileira para chamar a atenção sobre o legado autoritário nacional.

No dia **26 de março de 2012**, em sete estados brasileiros (RJ, SP, PR, RS, CE, PA e MG), jovens tomaram as ruas, inspirados pelos escrachos argentinos e chilenos, para denunciar os artífices da ditadura nacional. Esta foi a primeira ação do Levante Popular da Juventude. O segundo Levante foi maior. No dia 14 de maio, os escrachos ocorreram simultaneamente em 12 estados. Denúncias, como “Aqui mora um torturador” e “Alerta vizinho” também foram entoadas pelo grupo paulistano Frente do Esculacho Popular. No dia 7 de abril do mesmo ano, militantes ocuparam as redondezas da residência do médico legista Harry Shibata, notório colaborador da ditadura, com cartazes, estandartes, esquetes teatrais e clamores por memória, verdade e justiça.

Em **2013**, no Rio de Janeiro, o “Sabô Coletivo” fixou placas em postes e árvores com o título “lembrar é (re)existir” em referência aos mortos e desaparecidos políticos. Nesse mesmo ano, **em dezembro**, foi lançada, com o objetivo de transformar o antigo Departamento de Ordem e Política Social em um Centro de Memória, a Campanha Ocupa DOPS, pelo Coletivo Rio de Janeiro por Memória, Verdade e Justiça (criado em 2011), com o objetivo de transformar o antigo Departamento de Ordem e Política Social em um Centro de Memória.

Também no final de 2013, a pergunta pronunciada pelo adolescente Douglas Rodrigues ao policial que o assassinou viralizou na internet. A campanha #PorQueOSenhorAtirouEmMim foi articulada por diversos movimentos, coletivos e integrantes da sociedade civil para denun-

ciar a ação ofensiva e letal das polícias nas periferias e o modelo de segurança pública vigente, legado da ditadura. “Por que o senhor atirou em mim?” reivindicava o urgente acerto de contas com o passado.

Esses **gritos** e as performances de coletivos, artistas e militantes ecoam os **sussurros** e as vozes silenciadas pela ditadura civil-militar nacional. Nos últimos anos, no bojo de uma espécie de nova onda da luta por Memória, Verdade e Justiça no Brasil, iniciativas políticas e artísticas, como as dos coletivos mencionados e de Angeli, Carlos Latuff, Fábio Campos, Fernando Carvall, Gustavo Gemano, Grupo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça, Kiwi Companhia de Teatro, Laerte, Luiz Zorraquino, Paulo Sipahi e Paulo Emman, retomam e atualizam demandas, ideais e lutas de gerações passadas.¹ O presente volume consiste em um esforço de sistematização das principais intervenções de coletivos, artistas e militantes que dedicaram sua produção artística ou parte dela à luta pela Memória, Verdade e Justiça.

A nova onda de intervenções políticas e artísticas referidas foi propagada pelas políticas de Reparação, Memória e Verdade da Comissão de Anistia, o surgimento do eixo temático Direito à Memória e à Verdade no Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a criação da Comissão da Nacional da Verdade, o debate em torno da responsabilização dos perpetradores de crimes contra a humanidade e o bloqueio da Lei de Anistia.

A partir de 2007, a Comissão de Anistia passou a fomentar e desenvolver uma série de atividades e políticas de Justiça de Transição.² Destacam-se, as Caravanas da Anistia, o Projeto Marcas da Memória, as Clínicas do Testemunho e a realização de audiências públicas.

Publicado em forma de decreto, no final de 2009, o PNDH-3 foi o primeiro programa de direitos humanos a trazer o eixo temático direito à Memória e à Verdade. A principal ação programática do PNDH-3 no campo foi a que designava a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

¹ Gerações passadas que no período da ditadura civil-militar brasileira e em sua longa e nunca finalizada “transição para a democracia”, individualmente ou organizadas em grupos políticos e artísticos, resistiram ao estado autoritário e seu espólio - tais como, Alípio Freire, Antonio Benetazzo (1941-1972), Augusto Boal (1931-2009), Artur Barrio, Carlos Zílio, Denise Gomes, Heleny Guariba (1941-?), Paulo Bruscky, Rubens Gerchmann (1942-2008), Ação Libertadora Nacional (ALN), Arte/Ação, Movimento de Libertação Popular (Molipo), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), 3nós3. Assim como, tantas outros militantes e artistas desconhecidos, os quais, o presente volume presta homenagem.

² Justiça de Transição é um conceito que se refere a como estados e sociedades devem lidar com o legado de violência e violações de Direitos Humanos após um período de conflito, guerra civil, genocídio, terrorismo de Estado e outras formas de severo trauma social. Seus eixos fundamentais são constituídos pelos direitos à Memória e à Verdade, à Justiça, à Reparação e à Reforma Institucional.

Criada em 16 de maio de 2012, a CNV foi um dos principais vetores do debate sobre Justiça de Transição no Brasil. As discussões acerca de sua criação e seus trabalhos levaram para um público mais amplo o debate acerca dos crimes da ditadura e seu legado autoritário.

Em abril de 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF), reiterando a impunidade vigente, determinou que a Lei de Anistia valia tanto para perseguidos políticos quanto para agentes da ditadura. No entanto, em novembro do mesmo ano, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), no julgamento do “Caso Araguaia”, contrariando a decisão do STF sentenciou o Brasil a investigar e punir os agentes da ditadura. A partir de 2012, o Ministério Público Federal (MPF) passa a processar agentes de estado da ditadura brasileira. É candente ressaltar que até hoje nenhum criminoso da ditadura brasileira foi condenado³.

Juntamente aos debates públicos sobre a Justiça de Transição surgiram uma série de iniciativas no campo. Foram criados dezenas de Comitês por Memória Verdade e Justiça e mais de uma centena de Comissões da Verdade (institucionais, universitárias, de entidades de classes etc.) em diversas cidades e estados. Em todo o território nacional, artistas, militantes e coletivos (formados principalmente por jovens) se engajaram contra o legado da ditadura civil-militar brasileira. Com isso, a luta pela responsabilização dos agentes criminosos da ditadura, pelo direito à Memória, à Verdade e à Reparação finalmente, pode-se dizer, tornou-se uma demanda social.

Não se trata mais de uma luta encampada apenas por familiares de mortos e desaparecidos, torturados e ex-presos políticos, trata-se de uma questão da história e da política nacional.

As produções abordadas no presente livro mostram que, assim como a luta pela Memória, Verdade e Justiça ultrapassa a circunscrição histórica e geracional, discutir o passado autoritário nacional é discutir o momento atual. Atual não apenas no sentido filosófico

e sociológico da necessária construção da memória política sobre o passado autoritário e de violações para que as atrocidades e os golpes não se repitam. Atual porque o sombrio legado da ditadura civil-militar ainda determina a lógica de atuação e o funcionamento de muitas instituições brasileiras. Conforme denunciado por alguns dos grupos e coletivos supracitados, no Brasil, vivemos sob a égide de uma polícia brutal, de um Estado perpetrador de crimes, de um sistema de justiça conservador, de um sistema político-representativo falido e de leis autoritárias.

A luta por Memória, Verdade e Justiça abarca hoje o direito das famílias de vítimas e/ou das vítimas acertarem as contas com o passado (enterrar seus mortos, julgar seus algozes e serem reparadas). Abarca, também, o acerto de contas histórico e político nacional (reformular e/ou extinguir instituições, leis e práticas legatárias da ditadura). Abarca, ainda, e talvez, acima de tudo, o resgate da história e dos ideais revolucionários por hora vencidos. Isto é, retomar a disputa política contra um sistema policalesco, antidemocrático, excludente e mantenedor dos privilégios das classes dominantes. “Um encontro secreto está então marcado entre as gerações passadas e a nossa”.

Boa leitura!

São Paulo e Brasília, 10 de maio de 2016

Alexandre de A. Mourão

Doutorando em Psicologia da UnB e membro do Coletivo Aparecidos Políticos

Clara F. Figueiredo

Doutoranda da ECA/USP e membro do Instituto Outubro e do Coletivo Político Quem

Rafael Schincariol

Doutor em Direito pela USP, professor visitante na UNIFESP e membro do Instituto Outubro e do Coletivo Político Quem

³ As únicas vitórias na Justiça vieram na esfera cível. O coronel Carlos Alberto Bilhante Ustra (falecido em 2015) foi condenado pela Justiça em ações movidas pela família Teles e pela família Merlino.

ANGELI

Angeli nasceu em 1956 em São Paulo, cidade onde vive. Publicou seu primeiro trabalho aos 15 anos, na revista Senhor. É chargista político da Folha de São Paulo desde a década de 1970.

Em sua tira diária, publicada no mesmo jornal, e na lendária revista Chiclete com Banana, criou personagens célebres como Rê Bordosa, Bob Cuspe, Wood&Stock, Os Skrotinhos, Mara Tara, MeiaOito, Bibelô e Rhalah Rikota.

Ao lado dos cartunistas Laerte e Glauco, participou da série "Los Três Amigos". Seus trabalhos foram publicados na Alemanha, Itália, França, Espanha, Argentina e em Portugal.

COMISSÃO DA VERDADE



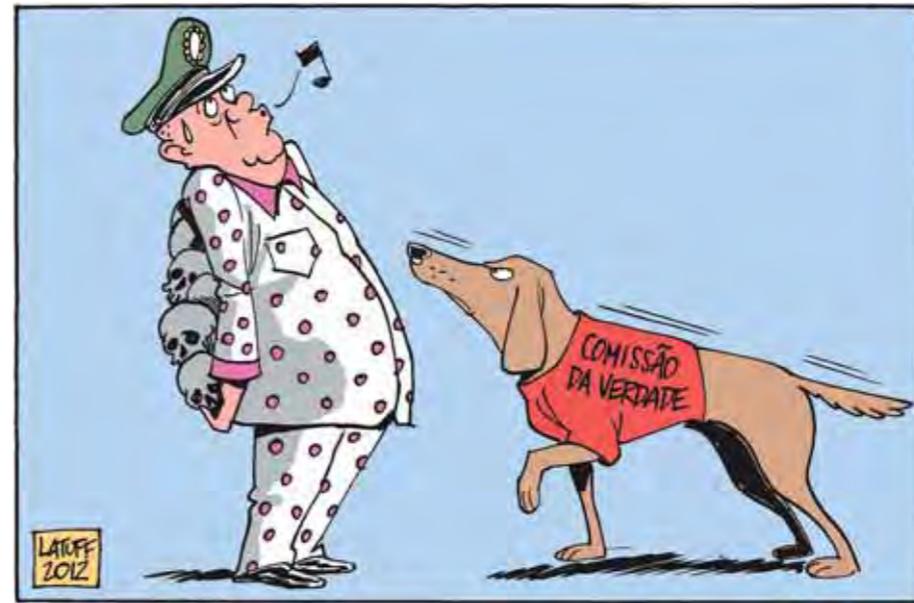




CARLOS LATUFF

Carlos Latuff é carioca, nascido em São Cristóvão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Pai servidor público, mãe dona de casa. Estudou até o Ensino Médio (antigo Segundo Grau) e começou a trabalhar aos 14 anos, como *office-boy* de um banco. Seu primeiro contato profissional como artista aconteceu em uma agência de propaganda, em 1989. Daí em diante, Latuff passou a trabalhar na imprensa sindical e após assistir a um documentário sobre os zapatistas colocou seu traço a favor de diversas causas. Em 1999, visitou os territórios ocupados da Palestina e hoje tem seus desenhos reproduzidos no mundo inteiro. (Fonte: A Nova Democracia)





COLETIVO APARECIDOS POLÍTICOS

Coletivo surgido em 2010, depois de ter presenciado a chegada dos restos mortais do militante político assassinado na Guerrilha do Araguaia, Bergson Gurjão Farias, 37 anos após seu desaparecimento pela ditadura.

A partir da precedente trajetória em militância política, junto ao ambiente de estudo no Curso de Artes Visuais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, o grupo teve a ideia de atuar no espaço urbano, com intervenções urbanas, escrachos, grafites, lambe-lambe, rádio livre e oficinas.

O grupo atua junto aos familiares de mortos e desaparecidos políticos e já teve parcerias com organizações como a Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça, a Comissão de Anistia, a Associação 64-68 Anistia e o Instituto Frei Tito de Alencar.

Com suas intervenções receberam premiações no 65º Salão de Abril de Fortaleza, na Semana Pernambucana de Artes Visuais (2011), no II Edital Público de Ocupação da Galeria Antônio Bandeira, no 8º e 11º Programa Rede Nacional Funarte Artes Visuais do Ministério da Cultura, no Edital Leonilson de Artes Visuais da Prefeitura

www.aparecidospoliticos.com.br
aparecidospoliticos@gmail.com.

<https://www.facebook.com/aparecidos.politicos>

<https://twitter.com/appoliticos>.

de Fortaleza, além de receberem uma homenagem da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará pelos relevantes serviços prestados na luta por memória, verdade e justiça.

Outros projetos, intervenções e exposições realizados pelo Coletivo foram: intervenção na Bienal Internacional de Dança do Ceará (2010), no II Encontro Latinoamericano das Juventudes de Fortaleza; participação na 8ª Bienal da UNE; realização do Projeto "Cartografias da Memória" pela Secretaria de Cultura de Fortaleza; participação na Exposição Tempos Dispersos de Resistência; curadoria da exposição "Prestes no Ceará" e "Transições Latinas". Além disso, o Coletivo Aparecidos Políticos realizou um intercâmbio com o Grupo de Arte Callejero (GAC), de Buenos Aires, Argentina.

Atualmente, possuem uma obra permanente no Memorial da Resistência de Fortaleza; mantêm, junto a movimentos sociais, um espaço cultural denominado "Aparelho" e possuem um livro denominado "Minimanual da Arte Guerrilha Urbana".

Sabrina Araújo
Sara Nina
Stella Maris
Marcos Venicius
Alexandre de A. Mourão

Rebatismo Popular do nome
Centro Urbano Presidente Médici
para Edson Luis.

Foto: Elisa de Azevedo.

Fortaleza, 2011.





Intervenção urbana com lambe-lambe e pintura no muro da Reitoria da Universidade Federal do Ceará, que possui um auditório denominado Castelo Branco.

Fortaleza, abril de 2011.



Intervenção com barcos de vela contendo imagens dos desaparecidos políticos no espelho d'água do maior mausoléu da América Latina em referência a um ditador: o Mausoléu Castelo Branco.

Foto: Mane Bossi.

Fortaleza, 2013.



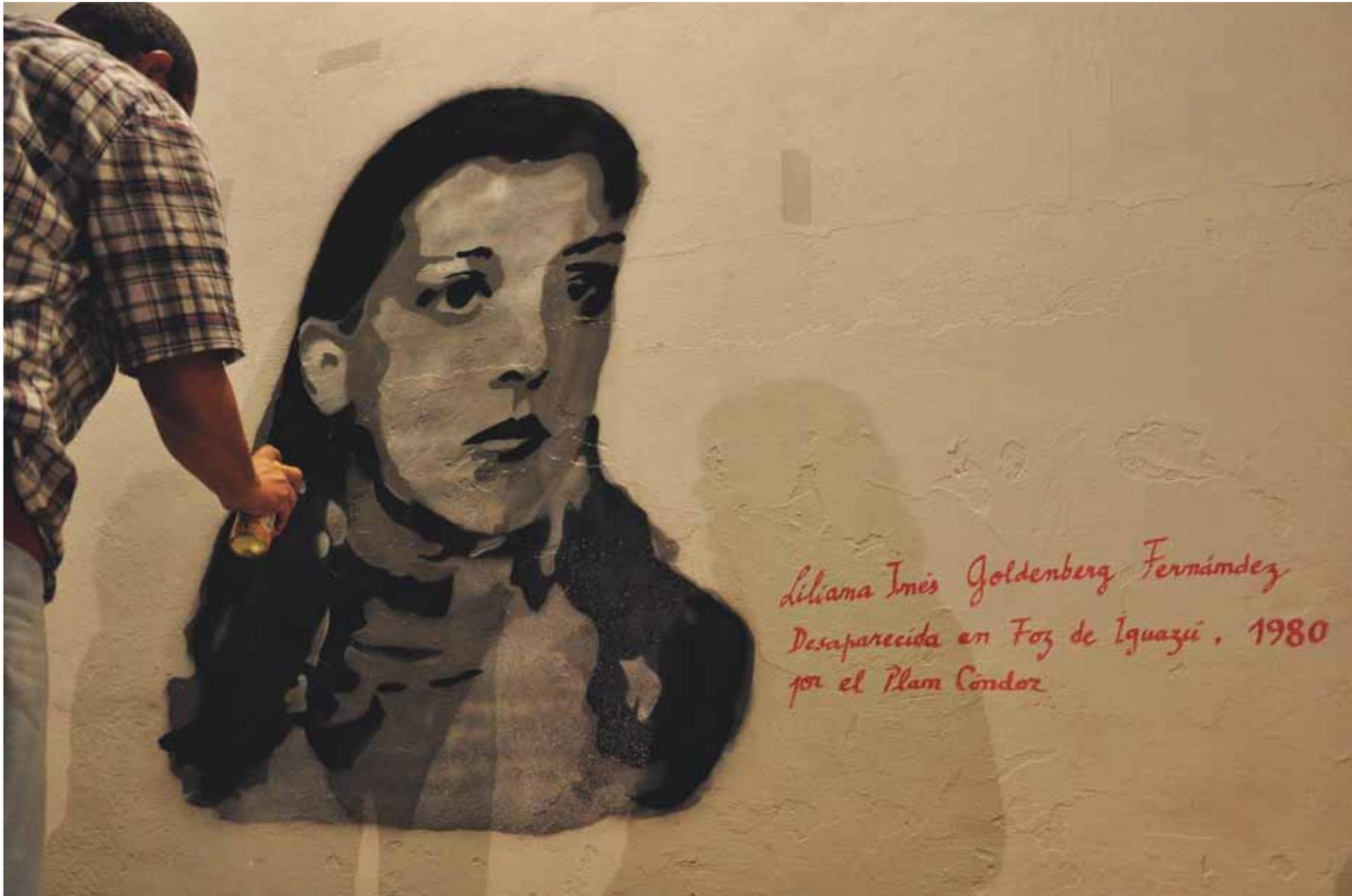
Cartaz do curso de Ativismo Criativo, oferecido gratuitamente pelo Coletivo, para militantes de movimentos sociais e artísticos.

Fortaleza, 2013.



Cartaz de uma oficina sobre Arte Ativista realizada pelos Aparecidos Políticos na Casa da Militância (HIJOS).

Argentina, 2013.



Grafite realizado no *Espacio Memoria y Derechos Humanos* (Ex-Esma).

Buenos Aires - Argentina,
2013.



Série de imagens do rebatismo da praça localizada em frente a um ex-centro de tortura da ditadura: o 23º Batalhão de Caçadores do Exército. A praça passou a se chamar "Praça do Preso Político Desaparecido".

Fortaleza, novembro de 2011.

Lambe-lambe com a imagem de Bergson Gurjão realizado em viaduto. “Ninguém os explicou se já se foram ou se são tremores sobreviventes”.

Fortaleza, 2014.

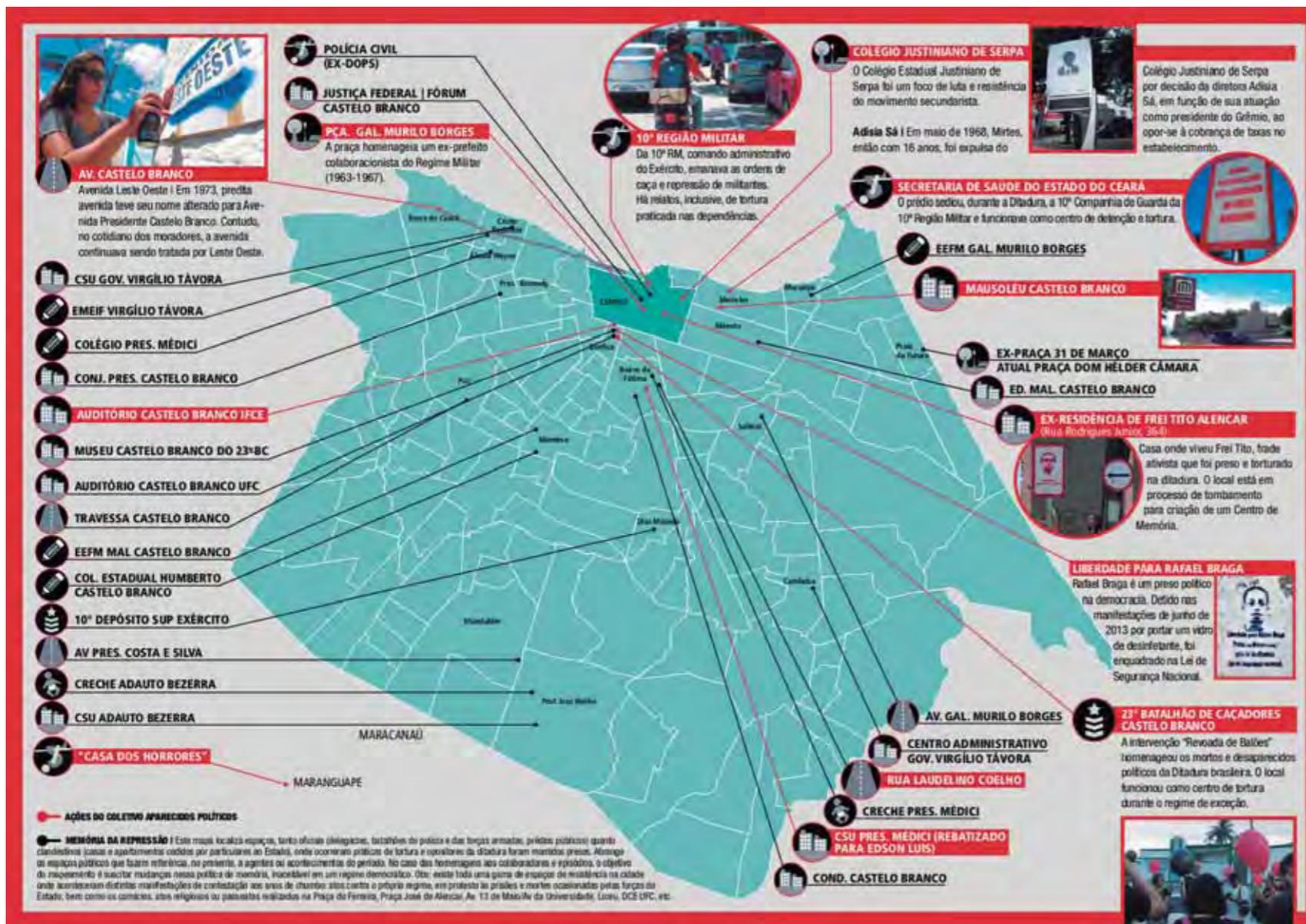


Intervenção, com fixação de placa de trânsito, realizada na rua da antiga residência de Frei Tito de Alencar.

Fortaleza, abril de 2015.



Capa do livro “Minimanual da Arte Guerrilha Urbana”, uma ressignificação do livro “Manual do Guerrilheiro Urbano”, de Carlos Marighella, em que aborda a necessidade da luta por memória a partir do ativismo criativo. O livro do Coletivo está disponível em: https://archive.org/details/MinimanualArteGuerrilhaUrbanaWeb_201602



Cartografia da ditadura realizada na cidade de Fortaleza - CE com levantamento de locais de homenagem a agentes de Estado da ditadura militar (2015).



Obra permanente localizada no Memorial da Resistência de Fortaleza.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA

Exposição Arquivo das Sombras

Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza
Rua Pereira Filgueiras, 04 – Centro
Contato e agendamentos: (85) 3105-1291

Apoiado por: ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ, BIBLIOTECA PÚBLICA, COMITÊ MEMÓRIA VERDADE E JUSTIÇA

Realização: BOBUÇO, Prefeitura de Fortaleza

COLETIVO POLÍTICO QUEM

O Coletivo Político Quem, desde 8 de abril de 2011, pesquisa, pensa e realiza estéticas da resistência. As primeiras intervenções consistiram em interferências nos objetos e lugares de circulação públicos. Inspirados por Cildo Meireles que, em 1975, carimbou notas de Cruzeiro com a pergunta “Quem matou Vladimir Herzog?”, o Coletivo Quem carimbou notas de Real com as perguntas: “Quem torturou Dilma Rousseff?”, “Quem torturou Frei Tito?”, “Quem matou Alexandre Vannuchi Leme?”. No mesmo período, tais perguntas também ocuparam muros e postes de São Paulo com lambes espalhados pelo Coletivo. Em julho do mesmo ano, inspirados desta vez pela ação El Siluetazo – realizada em 1983, na Plaza de Mayo, pelos artistas Rodolfo Aguerreberry, Julio Flores e Guillermo Kexel –, Quem levou para as paredes do Fórum João Mendes, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e das Arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco a questão do desaparecimento político, das silhuetas sem nome e sem face sequestradas da história.

Em outubro do mesmo ano – no bojo das discussões sobre a implementação da Comissão Nacional da Verdade –, o Coletivo realizou a série de debates: “Ditadura, Democracia e Resistência

para Quem?”. Durante quatro sábados de outubro, Luiza Erundina, Paulo Arantes, Edson Teles, Paulo Abrão, Márcio Seligmann-Silva, Vladimir Safatle, Janaína Teles, Jaime Ginzburg, entre outros, debateram os principais aspectos ligados à discussão sobre Justiça de Transição, direitos democráticos, ditaduras e resistências políticas e estéticas. Em 29 de outubro, na ocasião do debate “Arte como Guerrilha?” e da exibição do filme “Vala Comum”, do cineasta João Godoy, ossos e carnes foram embrulhados em sacos de lixo e empilhados nas escadarias do Teatro da Universidade de São Paulo (TUSP) – intervenção que remetia às “trouxas ensanguentadas”, de Artur Barrios, e aos restos mortais exumados da vala clandestina do cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo, em 1990.

O Coletivo Político Quem segue realizando intervenções em espaços públicos e nas mídias digitais. Participaram dos escrachos e esculachos realizados em São Paulo contra torturadores. Publicaram textos de intervenção e se inseriram no debate público, promovendo: a discussão sobre a relação da Universidade de São Paulo (USP) com a necessária Comissão da Verdade desta mesma Universidade, que estava sendo proposta por docentes, discentes e servidores; analisando a trajetória estética da teatróloga e militante política Heleny Guariba, desaparecida durante a ditadura civil-militar; a concepção e organização coletiva do primeiro desfile do Cordão da Mentira – cujo tema foi: “Quando vai acabar a ditadura civil-militar?”. Em 2012, de fevereiro a março, o Coletivo Quem participou da exposição/ocupação/catálogo “Rádio-arte: Memórias e Resistências” na Galeria Antônio Bandeira de Fortaleza – realizados pelo Coletivo Aparecidos Políticos.

Desde então, o Coletivo está empenhado nas discussões públicas e nos eventos sobre justiça de transição, violência de Estado e segurança pública. Os componentes do Coletivo ou o próprio Coletivo como um todo têm participado da construção de instâncias públicas que possam efetivar um aperfeiçoamento da democracia – democracia esta que ainda não se efetivou. Um caso é emblemático da participação do Coletivo: a articulação e o apoio para

que fosse criada na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com o projeto do Deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ), a Subcomissão da Verdade dos Tempos da Democracia.

O Coletivo Político Quem, por meio de suas ações e intervenções, tem buscado marcar os espaços e as discussões públicas com o que Paulo Arantes chamou – em sua fala no debate “Ditadura, Democracia e Resistência para Quem” – de a pergunta política por excelência: “Quem fez o que para Quem?; ou Quem está fazendo o que para Quem em benefício ou em detrimento de Quem?”.

Catarina Pedroso
Clara F. Figueiredo
Dario de Negreiros
Daniel Nagase
Fábio Luís Franco
Lucas Paolo S. Vilalta
Pedro Lagatta
Rafael Schincariol



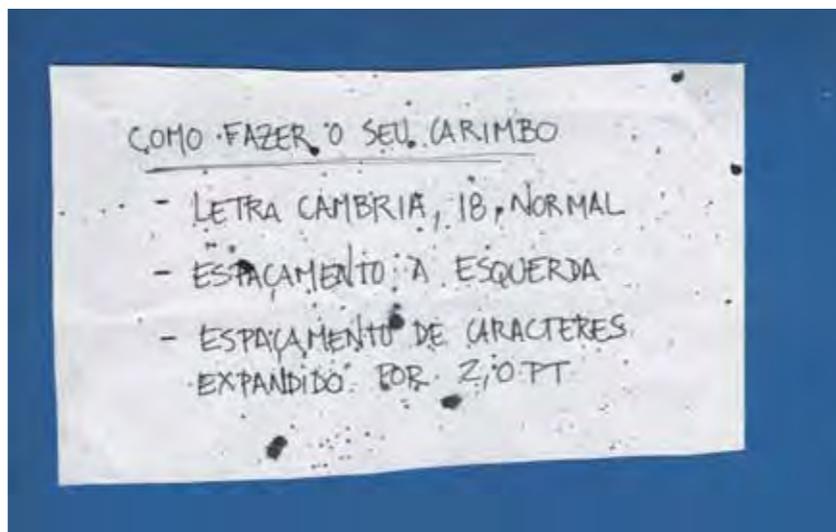
Colagem de lambes.
São Paulo, abril e maio de 2011.

Fotos: Clara F. Figueiredo e Rafael Schincariol.



Nota carimbada com a frase:
“Quem torturou Dilma Rousseff?”.

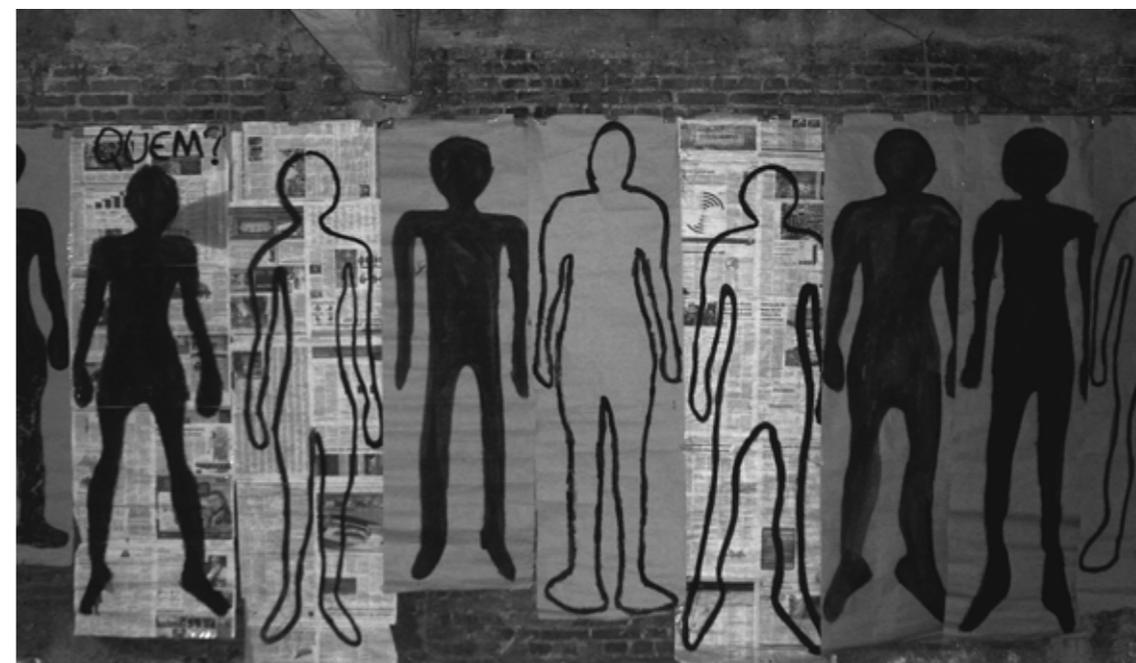
São Paulo, abril de 2011.



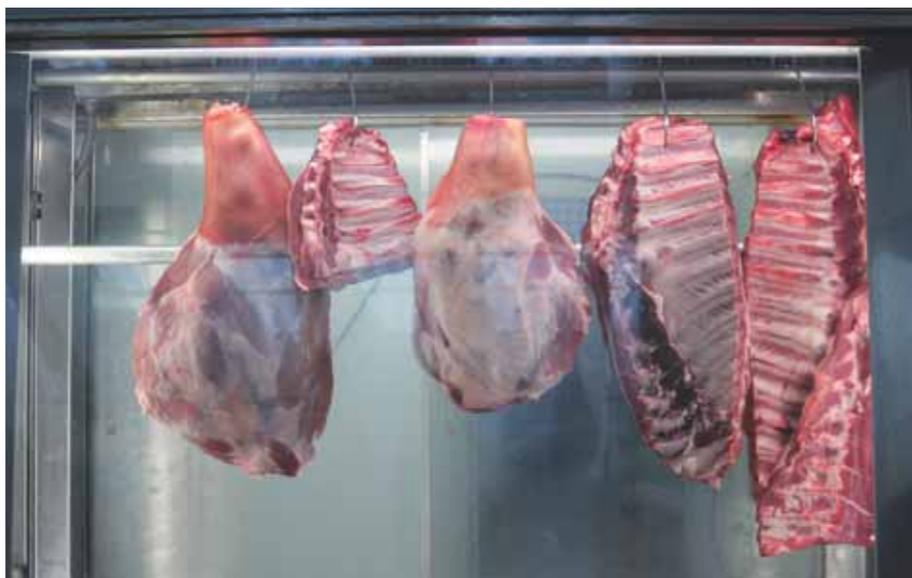
Como fazer carimbo.
São Paulo, março de 2011.



Nota carimbada com a frase:
"Quem torturou Frei Tito?".
São Paulo, maio de 2011.
Foto: Clara F. Figueiredo.



Silhuetas.
São Paulo, 2011.
Foto: Clara F. Figueiredo.



Trouxas ensanguentadas
no Teatro da
Universidade de
São Paulo.

São Paulo, 29 de outubro
de 2011.

Fotos: Clara F. Figueiredo
e Rafael Schincariol.

QUEM MATOU ?

Cartaz "Quem Matou?".

São Paulo, 1º de abril de 2013.

**QUEM MATOU ?
QUEM MATA?**



Cartaz "Quem Matou?
Quem Mata?".

São Paulo, 1 de abril de 2014.

**QUEM
MATOU
ALEXANDRE
VANNUCCHI
LEME?**

Cartaz: "Quem matou
Alexandre Vannucchi Leme".

1 de abril de 2014.

COLETIVO RJ MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

O Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, fundado em 2011 no contexto da criação da Comissão Nacional da Verdade, reúne diferentes entidades, movimentos e pessoas interessadas em desenvolver atividades/ações no campo da Memória, Verdade e Justiça. Sua criação teve como principais diretrizes a luta por uma Comissão Nacional da Verdade soberana e independente, a abertura de todos os documentos privados e públicos de 1964 a 1988, a exigência ao Estado Brasileiro para o cumprimento integral da sentença condenatória proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a Guerrilha do Araguaia.

O Coletivo RJ, ademais, considera fundamental manter viva a memória dos lutadores e lutadoras da resistência ao golpe civil-militar e à ditadura que se instalou pela força das armas no país em 1964 e que permaneceu por longos 21 anos.

Para a Comissão Nacional da Verdade em sua primeira audiência pública no RJ, o Coletivo RJ MVJ apresentou a proposta de visita aos centros de tortura e extermínio, e coleta de testemunhas *in loco*, como forma de marcar publicamente os espaços

onde ocorreram os crimes de lesa-humanidade e criar condições para transformá-los em Centros de Memória. Participou dos diversos “Fórum de participação de entidades”, de Grupos de Trabalho e de Audiências convocados pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Desenvolveu, assim, um acompanhamento das Comissões da Verdade, sugerindo atividades, valorizando a palavra dos testemunhos, monitorando as ações e mobilizando segmentos para uma participação ampla pela Memória e Verdade.

Nos 45 anos da edição do Ato Institucional nº 5, o mais severo decreto emitido pela ditadura, no dia 13 de dezembro de 2013, o Coletivo RJ MVJ lançou uma nova campanha OCUPADOPS, pela transformação do prédio do ex-DOPS em Espaço de Memória da Resistência (ver imagens), que logo se transformou em movimento OCUPADOPS. Ex-presos políticos entregaram representações ao procurador da República Antonio Cabral para investigação de seus torturadores.

Desde então, são realizadas atividades político-culturais – filmes, danças, música, debate, teatro, homenagens –, em datas comemorativas, na frente do prédio da Rua da Relação, onde funcionou o DOPS, iniciativa do movimento OCUPADOPS, do qual o Coletivo RJ MVJ é um principais protagonistas.

Em 2014, nos 50 anos do golpe civil-militar e 35 da Lei de Anistia, foi criado o CINENCONTRO 50/35, atividade de exibição de documentários e filmes sobre o período com testemunhas e debates, inaugurado com dois episódios de “Mulheres em Luta” e com a participação da diretora e de ex-presas que testemunharam na série. Esta atividade contou com o apoio do Museu da República.

O Coletivo RJ participa de debates em universidades, escolas, museus, instituições variadas, em mobilizações de rua, em coordenação conjunta a outros grupamentos que lutam contra a tortura, pela criação de Centros de Memória, como as da praça em frente ao DOI-Codi, no Rio de Janeiro, e na “Casa da Morte”, em Petrópolis (ver imagens).

Levando em conta os efeitos tardios na adoção das medidas da Justiça de Transição no país que redundam nas permanências das violações de agentes do Estado e de crimes de lesa-humanidade nos dias atuais, as atividades do Coletivo RJ têm sido um instrumento para a ampliação e o fortalecimento da democracia, tendo como norte o princípio da não repetição.

Intervenção na fachada do antigo DOPS.

Foto: Newton Leão Duarte.



Os atos em frente ao antigo DOPS são sempre realizados com performances, grafites, saraus e músicas.

Foto: Newton Leão Duarte.



Ato organizado pelo Coletivo RJ em frente ao antigo DOPS do Rio de Janeiro.

Abril de 2016.

Fonte: Acervo Coletivo RJ.



Cartaz divulgando mobilização em frente ao ex-DOPS.

Fonte: Acervo Coletivo RJ.



Ato do Coletivo RJ reivindicando a criação de uma Comissão da Verdade.

Rio, 3 de novembro de 2011.

Fonte: Acervo Coletivo RJ.



Mobilização para reivindicar a transformação da "Casa da Morte" de Petrópolis - RJ em um Centro de Memória.

Fonte: Acervo Coletivo RJ.

FERNANDO CARVALL

Fernando Carvall, 52 anos, paulistano, formado em Artes Plásticas pela FAAP e pós-graduado em Animação pelo SENAC. Foi aluno do Ziraldo. Colabora como caricaturista e ilustrador com a Folha de São Paulo desde 1990 e Valor Econômico desde 2011. Colaborou com as editoras Abril, Globo, Casa Amarela, Saraiva, Moderna e Brasil, entre outras; e com as TVs SESC e MTV. Toca o Estúdio Saci desde 2002. Docente da Faculdade de Comunicação Visual do SENAC, Multimeios da PUC e Instituto Europeu de Design. Curador das mostras Imagem e Violência, Imagens da Anistia, Belmonte 100 Anos, No Espírito de Will Eisner, 100 Anos de Moda, entre outras. Organizador do livro Belmonte 100 Anos da editora SENAC. Foi jurado do Salão Internacional de Humor de Piracicaba e do Mapa Cultural da Secretaria de Estado da Cultura. Casado com Ligia, pai do André e do Bruno.



David Capistrano.

Frei Tito de Alencar.

Caneta sobre Pasta de Arquivo.



Inês Etienne Romeu.

Maria Nascimento Furtado.



Caneta sobre Pasta de Arquivo.



Osvaldo Orlando da Costa.

Zuzu Angel.

Caneta sobre Pasta de Arquivo.



FRENTE DE ESCULACHO POPULAR^{4*}

1964: extra, extra, extra! "Terrorista é morto ao reagir à voz de prisão". 2013: jovens negros, pobres e da periferia são mortos com a mesma desculpa, resistência seguida de morte. Poderia ser o Brasil da Ditadura Civil-Militar, mas é o Brasil de hoje, "livre e democrático". O Esquadrão da Morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury, um dos mais terríveis torturadores daquele período, podia matar qualquer um desde que fosse terrorista ou subversivo. Sem julgamento, sem prisão, sem direito à defesa. Hoje, basta a classe social ou a cor da pele. Procurando sempre fazer essa ponte com o Brasil de hoje e mostrando como a impunidade do passado é uma carta branca à impunidade do presente, nasce a Frente de Esculacho Popular. Mais conhecida como FEP, realizou sua primeira ação no dia 7 de abril de 2012, um escracho ou esculacho contra Harry Shibata. Os "Escraches Populares", da Argentina e as "Funas" chilenas foram nossa inspiração. Nesses dois países foi necessária uma forte pressão popular para que houvesse o julgamento e a punição dos militares genocidas. Cansados de tanto sermos esculachados impunemente, sentimos a necessidade de construir o Esculacho Popular, como uma forma de expor, lembrar e acusar os responsáveis pelos crimes da ditadura, homenageando nossos

⁴ Nota dos organizadores: no dia 9 de abril, a FEP esculachou duas instituições que apoiaram a ditadura civil-militar: a FIESP e o ITAÚ.

* Texto originalmente publicado na Revista Contrapelo – caderno de estudos sobre arte e política, ano 1, número 1, 2013.

mortos e desaparecidos políticos, refletindo sobre o esquecimento e pressionando a sociedade e o Estado por justiça e pelo fim da impunidade.

Reapropriamo-nos do termo “esculacho”, utilizado na maior parte das vezes para se referir às ações de brutalidade cotidiana policial, sobretudo, contra a população pobre do país. Se não aprendemos na escola as atrocidades que esses agentes do Estado cometeram, se não temos o direito de conhecer os seus rostos e se a história de seus crimes não é colocada como crime nos livros didáticos e na imprensa, vamos às ruas publicizar, educar e informar, vamos fazer o esculacho popular. Vamos expor aos seus vizinhos quem é esse sujeito de cabelos brancos que parece um bom velhinho. Vamos espalhar cartazes dizendo onde mora um assassino, vamos contar a todos que pudermos os crimes que cometeu e vamos lembrar e homenagear os militantes que de uma forma ou de outra passaram por suas mãos. Vamos gritar, sobretudo, contra a impunidade: enquanto não houver justiça haverá esculacho popular.

A FEP é composta por “jovens” com familiares mortos e desaparecidos ou não. Somos um grupo de amigos que de alguma forma se indigna com o tema da ditadura – e suas heranças – e que resolveu se juntar para fazer ações que nossos vizinhos já faziam há algum tempo. Desde a criação da FEP, foram feitos três esculachos: um contra o Harry Shibata (médico legista da ditadura), outro contra Homero César Machado (torturador) e outro contra Carlos Alberto Augusto, torturador da equipe de Fleury no DOPS, que virou delegado em Itatiba, interior de São Paulo, no começo deste ano. Shibata assinava atestados de óbito falsos, escondia sinais de tortura nos laudos dos militantes assassinados e atestava como causa mortis a versão oficial dada pelo delegado de plantão: morte em tiroteio, suicídio ou atropelamento. Era um médico que escolhia sempre o lado da morte. Homero era chefe das equipes de interrogatório do DOI-Codi, um dos maiores centros de repressão e tortura contra os opositores ao regime. Aplicava choques elétricos e espancava os militantes para conseguir informações, entre algumas outras

técnicas macabras. Carlos Alberto Augusto era o braço direito de Fleury, um dos mais cruéis torturadores daquele período. Augusto organizou, entre outras “ações”, o Massacre da Chácara São Bento, em Pernambuco, onde foram mortos seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Seus crimes não parecem ter sido crimes a partir do momento em que é mantido em um cargo público na mesma polícia. Ele tem a garantia da impunidade.

A não reforma das instituições que foram constituídas em uma época em que tortura e morte de opositores não eram exceção, mas política de estado, é inadmissível. Além disso, todos os agentes que cometeram crimes de lesa-humanidade têm a proteção de uma lei que colocou em um mesmo patamar agentes de um estado tirano e terrorista; e militantes que lutavam por um país melhor e pela volta da democracia, que, teoricamente, tinham o direito à revolta contra a tirania e a opressão, previsto na declaração universal de direitos humanos.

A Lei de Anistia, de 1979, na realidade uma autoanistia, garante a impunidade dessas pessoas e o esquecimento das graves violações de direitos humanos cometidas durante mais de 20 anos. Por isso, em um país onde a Comissão Nacional da Verdade surge tímida, engessada, fraca e atrasada – quase 30 anos depois do fim da ditadura – ousamos lutar pelo não esquecimento. Somos militantes da vida. Acreditamos que assim podemos nos interrogar e disputar o significado de juventude que queremos. Uma identidade combativa de juventude que representou aquela geração. Esta identidade oculta de uma geração que buscava, muito além de uma democracia burguesa, uma perspectiva revolucionária e anticapitalista. Lembramos como viveram e morreram para continuar lutando para que acabe a roda viva da desigualdade e da opressão contra os mais pobres.

Lutamos porque há polícia por toda parte e justiça em lugar nenhum. Os mesmos métodos da ditadura foram utilizados nos crimes de maio de 2006, nas tantas desocupações de reitorias da

USP e de outras universidades país afora – com tropa de choque e bombas de gás –, na Cracolândia, no Pinheirinho, no Quilombo dos Macacos, contra os Guarani Kaiowá, em Sonho Real, em Eldorado dos Carajás, no Carandiru, nos assassinatos dos Sem Terra e em tantas outras situações.

2013: tempo de Comissões da Verdade pelo país. A Nacional, construída no pacto do possível, no acordo de “nós vamos até onde eles nos deixarem ir”, vem tentar botar uma pedra em cima da história, contra a memória e pelo esquecimento. E depois, quem ousar questionar, ainda pode correr o risco de ouvir “mas a Comissão da Verdade já foi feita, o que mais vocês querem?”.

2013: jovens de 18 a 30 anos, que não viveram aquela época, que não têm necessariamente parentes mortos ou desaparecidos se indignam, revoltam-se, perguntam-se como e por quê? Como esses assassinos, malditos, estão soltos, livres e impunes? Como quem os rodeia não conhece seus crimes? Como seguimos vivendo, quase 50 anos depois do Golpe, em um país sem memória? Em um país do pacto do possível, em um país onde a polícia mata, tortura, some com corpos? Em um país teoricamente livre e democrático, mas onde a polícia de nossa cidade, e de nosso estado mata mais do que naquela época e ainda usa a mesma desculpa: foi morto ao reagir, atirando, à voz de prisão. 2013, mas poderia ser 1964. Do mesmo jeito que aqueles que morreram lutando por um país mais justo, continuamos ousando lutar.



Frente de Esculacho Popular

alerta vizinho! em seu bairro mora HARRY SHIBATA



**o médico legista da
ditadura militar
ele assinou inúmeros laudos
necroscópicos, atestando
falsamente causa mortis
incompatíveis com os reais motivos
dos óbitos de militantes políticos,
ignorando lesões de tortura**

Cartaz “Alerta Vizinho”, utilizado no esculacho de Harry Shibata.

São Paulo, 7 de abril de 2012.

Produção: FEP.

Vladimir Herzog: morto sob tortura



Harry Shibata declarou-o suicida sem ter visto o corpo

Cartaz denuncia tortura em Vladimir Herzog, utilizado no esculacho de Harry Shibata.

São Paulo, 7 de abril de 2012.

Produção: FEP.

Frei Tito de Alencar Lima: preso político, foi torturado pela equipe do Homero



1945-1974

Depoimento do Frei Tito de Alencar Lima, redigido por ele mesmo na prisão:

Sentaram-me na "cadeira do dragão" (com chapas metálicas e fios), descarregaram choques nas mãos, nos pés, nos ouvidos e na cabeça. (...) A cada descarga, eu estremeia todo, como se o organismo fosse se decompor. Da sessão de choques passaram-me ao "pau-de-arara". Mais choques, pauladas no peito e nas pernas a cada vez que elas se curvavam para aliviar a dor. Uma hora depois, com o corpo todo ferido e sangrando, desmaiei. Fui desamarrado e reanimado. (...) Batiam em minhas mãos com palmatória. As mãos ficaram roxas e inchadas, a ponto de não ser possível fechá-las. Novas pauladas. Era impossível saber qual parte do corpo doía mais; tudo parecia massacrado.

Alerta vizinho! À Rua Manuel da Nobrega 577, apto 72 mora Homero Cesar Machado, torturador durante a Ditadura Militar

Cartaz denuncia tortura em Frei Tito de Alencar Lima, utilizado no esculacho de Homero Cesar Machado.

São Paulo, 22 de outubro de 2012.

Produção: FEP.

Heleny Telles Ferreira Guariba
desaparecida política
morta sob tortura



1941-1971

Foi presa duas vezes e torturada com choques elétricos no DOI-Codi pelos capitães Albernaz e Homero César Machado.

Até hoje não se sabe o paradeiro do corpo de Heleny.

Cartaz denuncia tortura em Heleny Telles Ferreira Guariba, utilizado no esculacho de Homero Cesar Machado.

São Paulo, 22 de outubro de 2012.

Produção: FEP.

ATENÇÃO CIDADÃO! O DELEGADO DA CIDADE É UM ASSASSINO E TORTURADOR DA DITADURA



CARLOS ALBERTO AUGUSTO,

ou Carlinhos Metralha, trabalhou no DOPS-SP, centro de repressão política da Ditadura Civil-Militar onde se praticavam torturas e assassinatos e foi braço direito do mais temido torturador do período, Sérgio Paranhos Fleury. É réu em processo criminal movido pelo MPF pelo desaparecimento de presos políticos e é apontado como um dos mais ferozes agentes da repressão. Ele ainda afirmou recentemente em entrevista: **“Durmo com a cabeça tranquila. Faria tudo de novo”.**

SE NÃO HÁ JUSTIÇA HAVERÁ ESCULACHO POPULAR!

Frente de Esculacho Popular (FEP) <https://fep.milharal.org/>

Cartaz denúncia utilizado no esculacho de Carlos Alberto Augusto (“Carlinhos Metralha”).

Itatiba, São Paulo, 4 de maio de 2013.

Produção: FEP.

Pichação (Estêncil)
“Isis Dias de Oliveira –
Mortos e Desaparecidos
Políticos”.

São Paulo, 2012.

Foto: Peu Robles.



Esculacho de Harry
Shibata.

São Paulo, 7 de abril
de 2012.

Foto: Peu Robles.

Lambe “Como
Desapareceram 220
mil índios no Brasil?”.

São Paulo, 2012.

Foto: Peu Robles.

Produção: FEP.



Esculacho de Homero
Cesar Machado.

São Paulo, 22 de
outubro
de 2012.

Foto: Peu Robles.



Esculacho de Homero
Cesar Machado.

São Paulo, 22 de outubro de 2012.

Foto: Peu Robles.



Esculacho da FIESP e do Itaú.

São Paulo, 9 de abril de 2014.

Foto: Igor Carvalho.

GRUPO FILHOS E NETOS POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

O grupo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça foi criado em dezembro de 2014. Trabalhamos como movimento social independente, autônomo e suprapartidário, sem financiamento de qualquer natureza, tendo por objetivo a realização de atos políticos, divulgação, apoio e criação de projetos que contemplem a pauta Memória, Verdade e Justiça, relacionando violações dos Direitos Humanos perpetradas pelo Estado tanto no passado como no presente.

A tortura e a violência institucional foram e ainda são concebidas para produzir efeitos que se estendem ao longo de gerações. Sentimos e nos identificamos com uma série de efeitos transgeracionais: vida descontinuada, fragmentada, exílio forçado, dificuldade/oportunidade de compartilhar nossas histórias, relações conflitantes com a própria família e outros. Assumimos a história da ditadura militar como herança do povo, constituída na memória coletiva e não apenas uma herança familiar isolada.

Entre nossas principais demandas destacamos: a localização e abertura dos arquivos ultrassecretos da repressão federal e estadual, com a disponibilização dos mesmos para consultas públicas,

de forma a contribuir para a elucidação e responsabilização dos crimes cometidos; maiores esforços na busca, localização e identificação dos restos mortais de desaparecidos políticos, dando às famílias todo o apoio para enterrar dignamente seus parentes; a responsabilização e punição de agentes públicos reconhecidamente envolvidos com tortura, assassinato e outras violações dos direitos humanos, pois sabemos que a permanência da impunidade sobre torturadores e aqueles que acobertaram seus atos fomenta e amplia a violência que ainda ocorre em nosso país; a manifestação pública, por meio de um pedido de desculpas à nação, das Forças Armadas, com o reconhecimento dos crimes de lesa-humanidade cometidos em suas instalações; a baixa, com desonra, de militares envolvidos com a repressão; a exoneração a bem do serviço público dos agentes civis envolvidos nessas práticas e em fraudes processuais, com o término de qualquer tipo de remuneração aos mesmos; a retirada de monumentos e nomes em logradouros e prédios públicos que homenageiem torturadores e militares envolvidos com a repressão; a revisão e mudança na grade curricular do Ensino, a fim de que sejam incluídos nas disciplinas de História e Sociologia a matéria e o debate sobre o período histórico da Ditadura, assim como uma semana dentro do currículo escolar, na qual as escolas estejam exclusivamente dedicadas à produção de trabalhos interdisciplinares referentes a esta temática; a transformação de localidades identificadas como lugares onde ocorreram violações dos DH em Campos dos Goytacazes, Volta Redonda e a Casa da Morte, em Petrópolis, em Centros de Memória da Luta da Resistência, bem como a imediata transformação do prédio do antigo DOPS em Memorial da Resistência e Centro de Referência para estudos no que tange à violação dos direitos humanos.

Tendo nosso grupo nascido como consequência dos efeitos que perpassam gerações quando o Estado comete crime violentos contra seu povo, pedimos a garantia de atendimento médico e psicossocial permanente às às vítimas e familiares de violências

praticadas pelo Estado ontem e hoje. Lembramos que nossa dor é a mesma, pois traz em si a traição do Estado. Essa dor chega para ficar e, diante dela, somos todos iguais.

Para Que Não Se Esqueça – Para Que Nunca Mais Aconteça
site oficial: www.fnmvj.com.br
Email oficial: filhosnetosmvjrj@gmail.com



Marco fundador dos “Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça - RJ”: audiência pública sobre os “Efeitos transgeracionais da violência de estado” realizado na UERJ.

Organizado pelo Projeto Clínicas do Testemunho com o grupo Filhos e Netos MVJ - RJ, Comissão Estadual da Verdade-Rio e a Comissão de Anistia.

Rio, 5 de dezembro de 2014.

Fonte: Acervo Grupo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça.

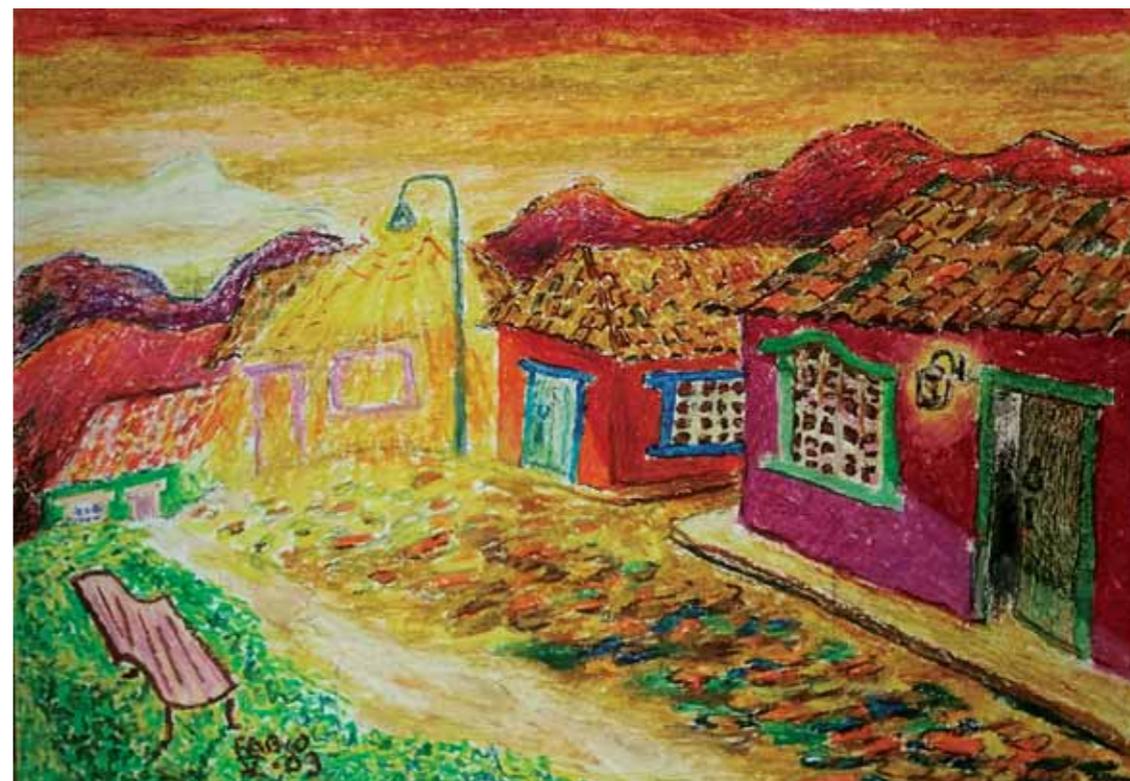
Fábio Campos

Artista plástico, já tendo participado e produzido mais de 17 exposições entre coletivas e individuais em diversos espaços culturais, como SESC-Niterói, SESC-São João de Meriti, Solar Grandjean de Montigny – Centro Cultural da PUC-RJ, Casa de Cultura de Teresópolis, Espaço Cultural FESP, Galeria Maria Tereza Vieira, dentre outros centros de cultura.

“Posso ver como o processo da pintura serviu para mim, após a terapia que realizo, ainda hoje, pelo projeto Clínicas do Testemunho – iniciado nos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff –, posso ver como a pintura foi criada por mim para ser uma maneira de estar em contato com o povo das ruas, seus rituais, sua religiosidade, seu ofício, sua alegria e sua dor, como em Van Gogh.

Pude perceber também que ser artista é também ser marginal. Incluí-me e me incluo assim ao lado de negros, homossexuais, mulheres, índios, sem terra, sem teto, eu que sou homem, heterossexual, branco, formado, classe-média, enfim, eu que faço parte desse perfil de homem-opressor-estuprador-corrupto. Renego meu perfil.

Como artista, faço-me autorizado a lutar de maneira legitimada contra o reacionarismo, e é aí onde me insiro no grupo de Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça. Sou filho de um preso político torturado. Fui, então, como meu pai, ainda que não fisicamente como muitos irmãos em desdita meus, fui preso e torturado com ele”.



Espiando daqui
(pastel s/ papel - 2003).
O mistério do povo confiando
desconfiado, o povo
inconfidente.



Boi Maravilhoso
(acrílica s/ madeira - 2009).
O boi que não aceita prisões,
cantado em verso e prosa por
cantadores e que nunca haverá
de aceitar o cativoiro.



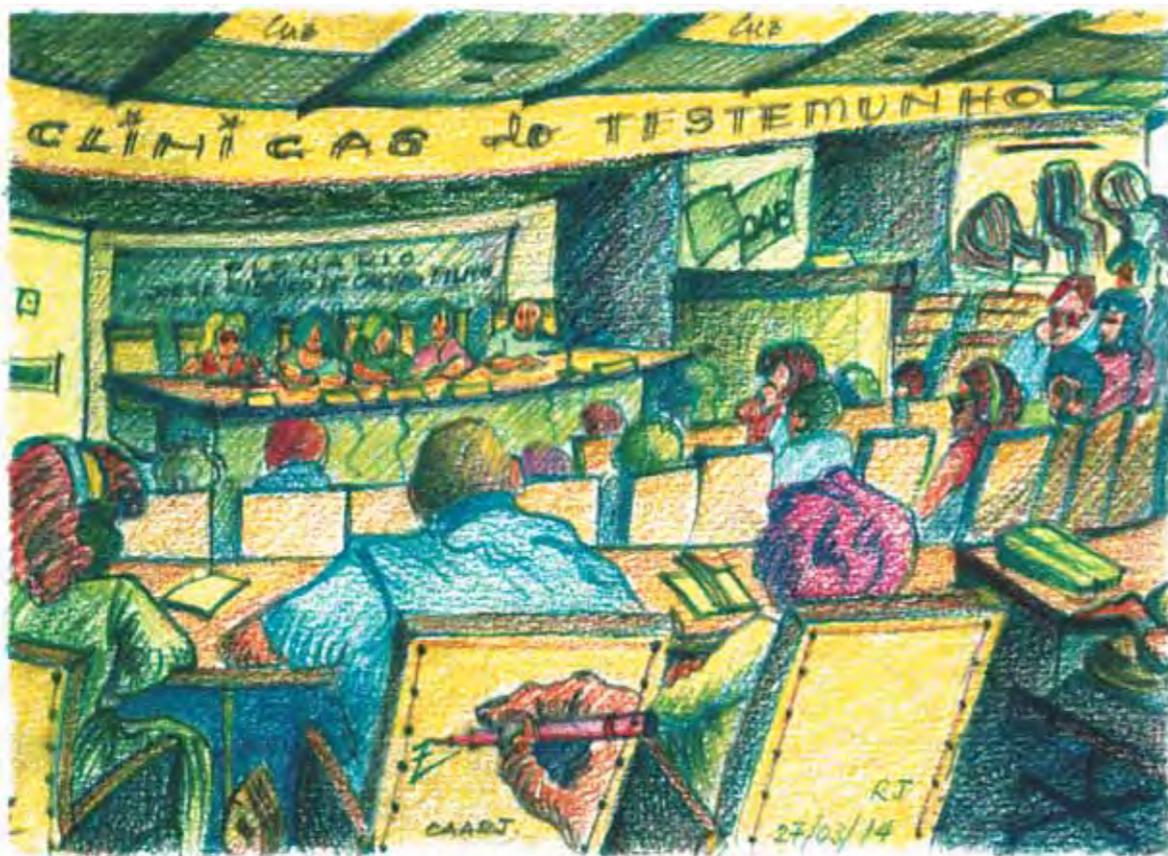
Folia (acrílica s/ madeira - 2009).
A folia de reis, a manifestação religiosa se dando pelo canto, pelo verso, pelo mistério.
A recriação do sagrado pelo profano.

LUIS ZORRAQUINO

Luis Zorraquino. Sou Luis Zorraquino, humano do planeta Terra. Tive o privilégio de compartilhar minha vida durante 11 anos com Estrella D'Álva Benaion Bohadana. Estrella faleceu recentemente e foi bravamente torturada em represália no Golpe de 1964 junto a tantos outros companheiros que com seu amor a política queriam construir o paraíso na Terra.

Em Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça de Rio de Janeiro, tentamos com nossa militância preservar a memória e seguir o exemplo daqueles nossos imprescindíveis companheiros de lutas e resistências. Golpe nunca mais.

Meus desenhos são crônicas sociais que tentam mostrar minha visão da realidade, tocando o coração das pessoas.



Luiz Zorraquinho
Técnica: Lápis sobre papel.



Luiz Zorraquinho
Técnica: Lápis sobre papel.



Luiz Zorraquinho
Técnica: Lápis sobre papel.

PAULO DE MIRANDA SIPAHI PIRES

Meu nome é Paulo de Miranda Sipahi Pires, sou filho de Rita Maria de Miranda Sipahi Pires e de Antônio Othon Pires Rolim, também conhecido como Ari. Os dois foram presos. Na época, eu e Camila, minha irmã, éramos crianças. Eu tinha seis ou sete anos, ela tinha um pouco menos, cinco anos. Por sermos crianças, quando os fatos aconteceram, era muito difícil manter algum tipo de memória mais contextualizada do que estava acontecendo. Mas acho que a dificuldade maior mesmo era não ter com quem conversar, alguém que ouvisse e que validasse o que eu estava sentindo então. O que eu mostrarei aqui são alguns desenhos que fiz na época e que retratam os sentimentos que vivi em função da prisão dos meus pais. No papel, através dos desenhos foi possível expressar coisas que naquele momento eu não podia expressar verbalmente.



Paulo Sipahi
Técnica: Caneta sobre papel.



Paulo Sipahi
Técnica: Caneta sobre papel.



Paulo Sipahi
Técnica: Caneta sobre papel.

GUSTAVO GERMANO

La desaparición forzada de personas, que debían esfumarse en la nada, fue el método elegido por las dictaduras de la seguridad nacional de la segunda mitad del siglo XX. Los militares latinoamericanos formados en la doctrina francesa de la guerra contrarrevolucionaria y en la estadounidense de la contrainsurgencia, de Centroamérica a la Patagonia, del Atlántico al Pacífico, creyeron que de ese modo se librarían de rendir cuentas por sus actos, como si la falta del cuerpo borrara el crimen o a lo sumo impidiera su castigo. Pero a cambio consiguieron que aquel pasado atroz llegara a ser un insomne presente perpetuo, como la maldición que Neruda pensó para Franco. Sobre ese fondo común, se manifiestan las diferentes circunstancias nacionales, tanto en la forma de producción de los hechos como en el tratamiento que cada país pudo darles después. Los 45.000 desaparecidos en la minúscula Guatemala y los 400 del desmesurado Brasil, tienen un peso distinto en las respectivas sociedades. Pero hay un punto de encuentro e identidad en la vivencia de cada familia que padeció esa amputación brutal de uno de sus miembros. Por eso Gustavo Germano pudo replicar en Brasil el proyecto que inició en 2007 con los desaparecidos de la Argentina, entre ellos uno de sus hermanos.

Más que los juicios penales, las investigaciones periodísticas o los ensayos filosóficos, el arte da cuenta del vacío lacerante que la ausencia inexplicable provoca. Como las esculturas de Juan Carlos Distéfano o los poemas de Juan Gelman, los cuadros de Carlos Alonso o los del español Ramos Gucemas, las fotografías de Germano y los puntos que en cada leyenda reemplazan al nombre ausente evocan ese trauma fundador de la identidad latinoamericana contemporánea y nos introducen al misterio del tiempo con la muda violencia de un gesto congelado.

Por Horacio Verbitsky
*Escritor, periodista y Presidente del
Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS).*

Bergson Gurjão Farias

25 anos.

Foi assassinado em maio de 1972 na base militar do Araguaia. Seus restos mortais foram identificados em 2009.

Bergson nasceu na cidade de Fortaleza (Estado do Ceará), em 17 de maio de 1947. Ele estudou Química na Universidade Federal do Ceará e participou ativamente do movimento estudantil. Em 1968, enquanto vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), ele representou sua faculdade no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna (SP). Mais de 700 estudantes foram detidos durante o congresso. De volta a Fortaleza, ele foi ferido em uma manifestação de estudantes e expulso da universidade. Em junho de 1969, ele foi condenado a dois anos de prisão pela Justiça Militar e passou a viver na clandestinidade. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ele foi enviado à região do Araguaia, onde foi morto entre maio e junho de 1972. Sua morte foi uma das primeiras ocorridas na Guerrilha do Araguaia, que foi finalmente aniquilada em 1974.

Seu corpo foi identificado no cemitério de Xambioá em julho de 2009. Quase 40 anos após sua morte, a família pôde enterrá-lo.



Na fotografia, Bergson está com sua noiva Simone e sua irmã Tânia em Volta de Jurema (Fortaleza). Tânia recordará sempre deste instante em que ela olhou para baixo para colocar sua bolsa no colo, no momento em que seu pai, Genisser Farias, tirou a última foto onde ela apareceria com seu irmão.



Jana Moroni Barroso

25 anos

Foi presa no Araguaia, dia 11 de fevereiro de 1974.

Ainda é considerada uma "*presa-desaparecida*".

Jana nasceu em Fortaleza (Estado do Ceará), em 10 de junho de 1948. Passou a infância e a adolescência em Petrópolis (Estado do Rio de Janeiro), onde fez parte dos bandeirantes. Ela entrou na Faculdade de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e começou a militar na seção juvenil do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no qual ela lidava principalmente com as publicações clandestinas do partido. Em 1971, ela deixou a faculdade para militar na região do Araguaia. Casou-se com Nelson Dourado. Trabalhou na lavoura e em um projeto de alfabetização dos filhos dos camponeses. Conhecida como Cristina, ela era muito querida pelos camponeses da região. Em 11 de fevereiro de 1974, Jana foi detida, colocada em um saco e jogada de um helicóptero perto de São Domingo de Araguaia; seu corpo estava completamente despedaçado.



A família Moroni Barroso vivia em Petrópolis. O pai tinha fotografado suas duas filhas Jana e Lorena durante uma visita ao Museu Imperial. É uma das duas únicas fotos de Lorena com sua irmã.



Alex Paula Xavier Pereira

22 anos.

Foi assassinado no dia de 20 de janeiro de 1972, em São Paulo.

Seus restos mortais foram recuperados em 1979.

Alex nasceu no Rio de Janeiro em 9 de agosto de 1949. Ele começou seu ativismo político ainda muito jovem. Em 1968, foi eleito diretor do Centro de Estudantes do prestigioso Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e integrou a Ação Libertadora Nacional (ALN), dirigida por Carlos Marighella, que defendia a luta armada contra a ditadura. Sua atividade política foi intensa, ele exercia uma forte liderança e era muito apreciado pelos militantes. Ele dirigia um dos Grupos Táticos Armados (GTA) e vivia na clandestinidade, sendo alvo de vários processos judiciais.

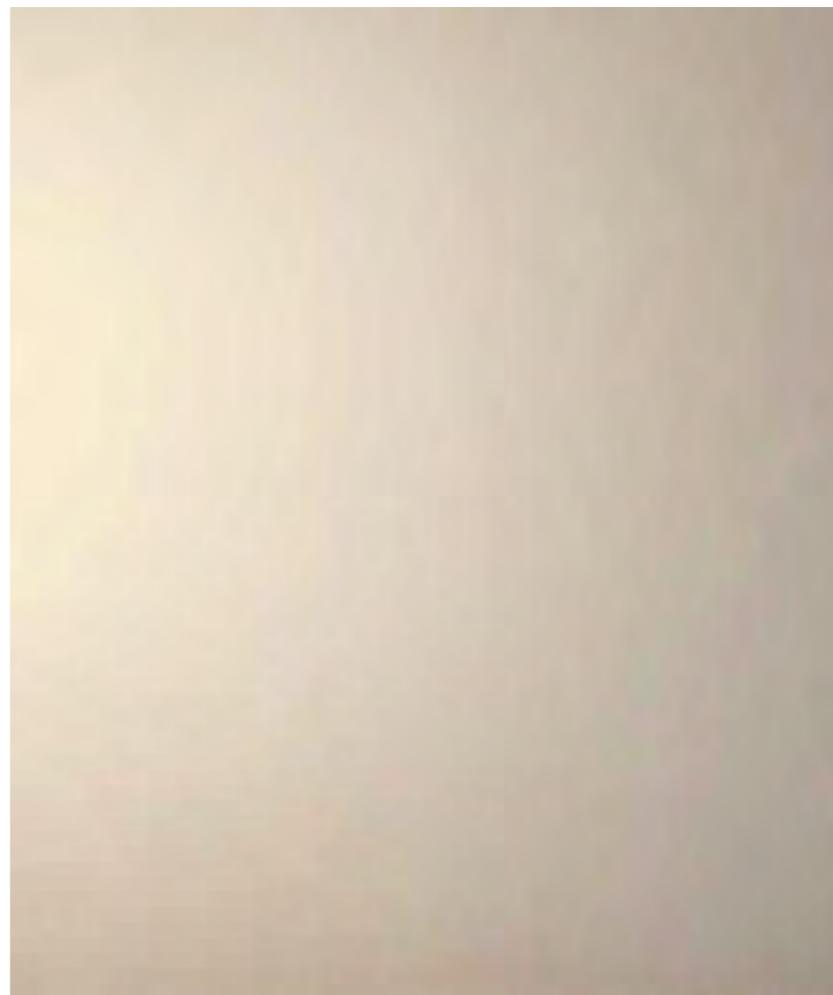
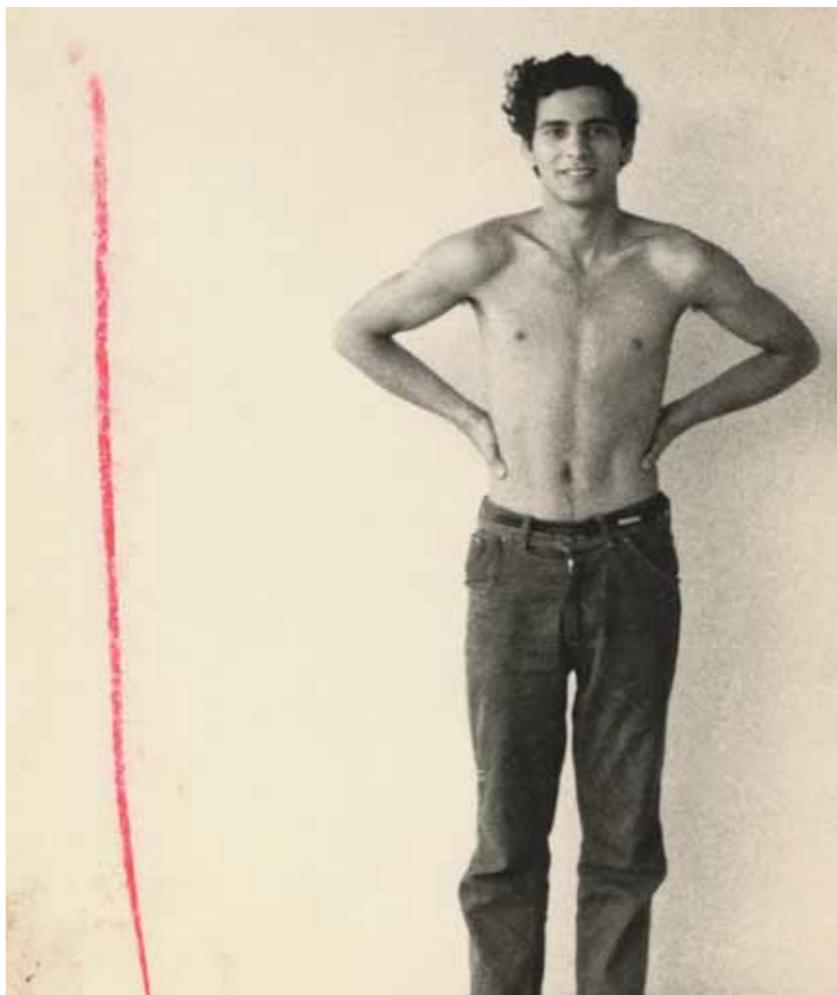
Alex foi assassinado em São Paulo no dia 20 de janeiro de 1972, seu corpo foi enterrado no cemitério Dom Bosco, localizado no distrito de Perus, sob o falso nome de João Maria de Freitas. Apesar de ser considerado oficialmente morto, o julgamento continuou, chegando à situação absurda de ser anistiado em 1979.

Durante anos, sua família, seus companheiros e principalmente sua irmã – Iara Xavier Pereira – procuraram seu corpo sem sucesso e contestaram a versão oficial de sua morte durante um confronto. Provas científicas confirmaram o fato de que Alex morreu por causa da tortura. Seu corpo foi encontrado em 1979.

Em 1980, seus restos mortais e os de seu irmão Iuri – também assassinado – foram exumados e transferidos para o cemitério Inhaúma, no Rio de Janeiro.

Foto tirada em Havana. O pai de Alex tinha pegado emprestado uma máquina fotográfica e fez uma sessão de fotos com os três irmãos na casa de sua filha Lara. Alex chegou atrasado e foi fotografado sozinho e sorrindo.

Havana, abril de 1970.



Ana Rosa Silva Kucinski

32 anos.

Foi sequestrada com o marido, Wilson Silva, em abril de 1974, em São Paulo.

Ana e Wilson ainda são considerados “presos-desaparecidos”.

Ela nasceu no dia 12 de janeiro de 1942, em São Paulo. Cresceu em uma família que tinha uma dolorosa história de perseguição por sua origem judaica. No início da ditadura, ela estudou na Universidade de São Paulo e viveu intensamente a efervescência da luta estudantil de resistência ao regime.

Ana Rosa Kucinski Silva foi professora universitária, formada em Química, com doutorado em Filosofia. Em 1966, ela conheceu Wilson Silva, estudante de física na USP. Eles se casaram em 1970. Ambos militavam na ALN e foram “presos-desaparecidos” em 22 de abril de 1974, perto da Praça da República, em São Paulo. Nunca mais foram vistos.

Durante sua pesquisa, a família se deparou com informações contraditórias, calúnias e tentativas de suborno. Em 1993, o Ministério da Marinha reconheceu, através de um relatório oficial que, de acordo com os arquivos, Wilson “foi preso no dia 22/4/1974 e considerado como desaparecido desde então” (sic). Além disso, durante a pesquisa nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), foi encontrado um documento afirmando que Wilson foi preso “com sua esposa Rosa Kucinski” (sic). De acordo com relatórios da Comissão Nacional da Verdade, existem sinais claros de que Ana e Wilson foram transferidos para o centro de tortura conhecido como a “Casa da Morte”, na cidade de Petrópolis (RJ), onde teriam sido interrogados, torturados e executados. Em 2012, um ex-agente e carrasco arrependido afirmou que os corpos foram incinerados nos fornos de usina Cambahyba, na cidade de Campos (RJ).

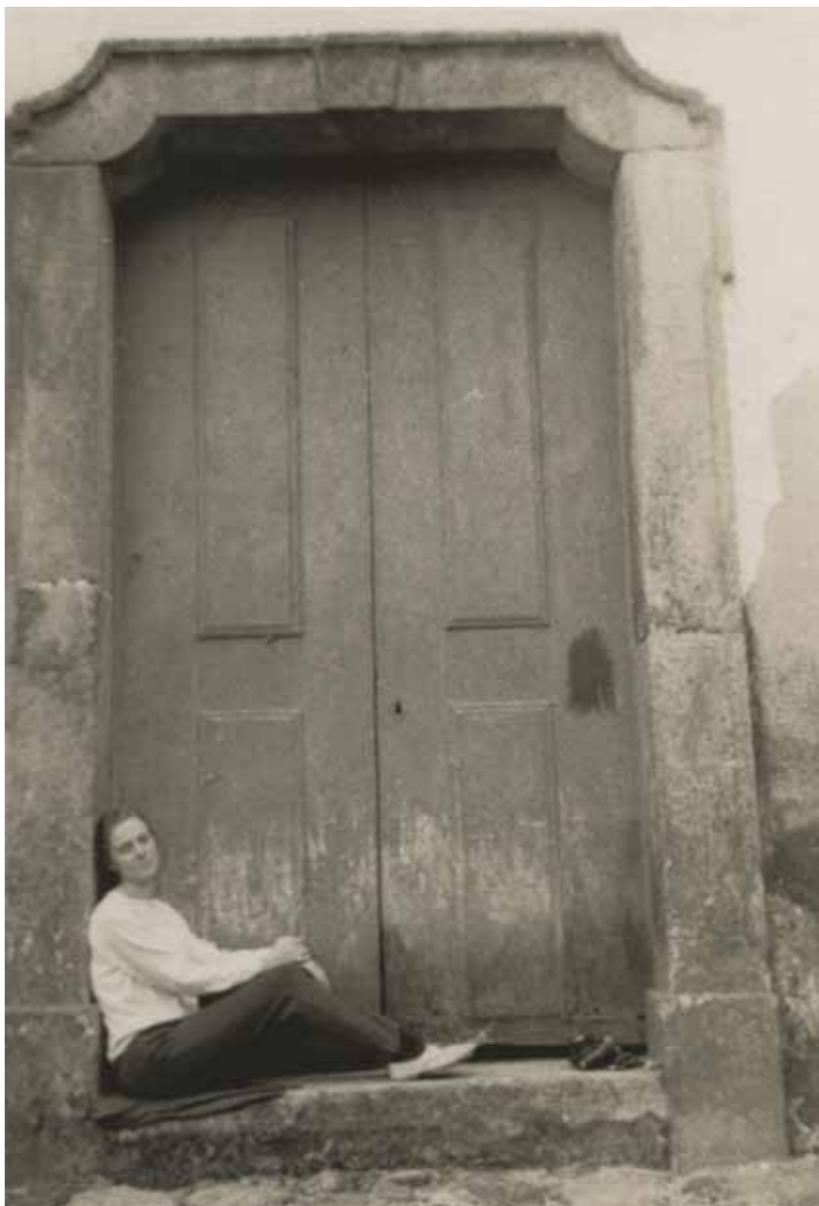


Foto tirada diante de uma das portas da igreja de “Nossa Senhora dos Remédios”, durante uma caminhada na cidade costeira de Paraty - RJ. Ana viajava sozinha.

Paraty, 1966.



Luiz Eurico Tejera Lisbôa

24 anos.

É um “*preso-desaparecido*” em setembro de 1972, em São Paulo.

Seu corpo foi encontrado em 1979 e recuperado pela família em 1982.

Ele nasceu no dia 19 de janeiro de 1948, em Porto União (SC), e é o mais velho de uma família de sete filhos. Em 1957, a família se mudou para o Rio Grande do Sul. Após o golpe de 1964, com a idade de 15 anos, ele escreveu um manifesto contra a ditadura e o distribuiu por toda a cidade. Como resultado desta ação, foi caçado e partiu para Porto Alegre. Ele estudou na Escola de Júlio de Castilhos, onde começou seu ativismo na Juventude Estudantil Católica. Foi um dos líderes do movimento estudantil secundarista gaúcho. Seu ativismo chamou a atenção dos órgãos de segurança, que o detinham de forma “preventiva” sempre que uma manifestação era planejada. Em 1969, casou-se com Suzana Keniger Lisbôa, militou na Ação Libertadora Nacional e começou a viver na clandestinidade.

Em setembro de 1972, ele foi preso e assassinado em São Paulo. O aparelho repressivo da ditadura encenou um falso suicídio para encobrir o crime e publicou na imprensa fotografias, nas quais Luiz Eurico aparece morto em uma cama de um quarto de pensão, com um revólver em cada mão e, nas paredes, vestígios de cinco impactos de bala. Em 1979, ainda sob a ditadura, e após longas buscas cheias de rumores, de exumações e de pistas falsas, seu corpo foi encontrado no cemitério Dom Bosco de Perus. No dia 2 de setembro de 1982, seus restos mortais foram devolvidos à sua família. Em 1990, 18 anos após sua morte e 11 anos após a recuperação de seus restos mortais, ficou comprovado que Luiz Eurico foi assassinado e que o suicídio era uma farsa.



Rua Fernandes Vieira, nº 583.
Suzana e sua mãe, Milke, posam ao lado de Luiz Eurico. Suzana deixa a casa da família na companhia daquele que, algumas horas mais tarde, iria se tornar seu esposo.

Porto Alegre, 7 de março de 1969.



KIWI CIA DE TEATRO

São complexas as relações entre arte e política. O teatro, especialmente, expressou dificuldades e asperezas, mas também belos momentos e vitalidade na sua trajetória pelo mundo das lutas sociais. Pelo menos desde o agit-prop russo e alemão dos primórdios do século XX, passando pelas rebeldias dos anos 1960, e chegando ao teatro de grupo anticapitalista da atualidade (sim, ele existe!), teatro e política formaram um combinado explosivo de estética e intervenção com o objetivo amalucado e pretensioso – mas, também, indispensável e urgente – de entender e subverter a realidade.

Com a modéstia das nossas forças, tentamos corresponder a esta poderosa ideia e a este poderoso sentimento que nega a rendição, que recusa a acomodação e que não se resigna com o conhecido e o vivido. Nosso Coletivo, em que pese seus altos e baixos (e não foram poucos), tem buscado aliar à pesquisa estética o combustível das inquietações sociais. Por isso, trabalhamos nos últimos anos com inúmeros parceiros – movimentos, sindicatos, coletivos, grêmios, organizações, partidos – para investigar o mundo em que vivemos e perturbar o fluxo natural das coisas.

Entre 2013 e 2015 nos debruçamos com atenção especial sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). O projeto Morro como um país – A exceção e a regra foi nossa resposta artística e política aos desastres sucessivos da história recente do país, com suas repetidas violências e seu esquecimento contínuo, habilmente manufaturado pelo oligopólio midiático, pelos intelectuais conservadores, pelos obscurantismos religiosos, pelo instituto Millenium, e por aí vai.

Escrevo este texto com a informação recém-chegada da morte de Jarbas Passarinho. O ex-ministro e participante entusiasmado da ditadura, signatário do AI-5, não morreu na cadeia. O que seria razoável, fosse razoável nosso país. E sua morte não foi ocasião para passar a limpo, um pouquinho que fosse, nosso passado autoritário. Ao contrário, políticos bem instalados no poder manifestaram seu apreço pelo “grande brasileiro” que nos deixava. O torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra também não morreu na cadeia. E tantos outros. Por isso, não é de estranhar que empresários financiadores do golpe e da ditadura continuem por aí, quando não fisicamente, representados por suas poderosas e influentes corporações. Assim como não podemos nos espantar com o fato de a tortura ser moeda corrente nas masmorras que são nossas prisões. Ou com a cultura da submissão ao poder, com o coronelismo up to date, com a confusão entre público e privado.

É disto, entre outras coisas, que tentamos falar, usando o teatro, propondo debates, realizando mostras de filmes e intervenções urbanas, ministrando oficinas e até organizando festas. Para nós, a herança escravista, a destruição ambiental, a violência institucional (que atinge seletivamente jovens negros e periféricos), a escalada da mercantilização (da educação, da saúde, da política etc.) são todos temas para o teatro. São nossas matérias-primas para atualizar as relações profundas entre invenção poética e intervenção política.

Há alguns anos, avaliando nosso trabalho com o Movimento Mães de Maio, afirmamos que “a arte e a cultura, longe das mistificações que tentam fazer delas amortecedores da insatisfação social”, podem contribuir com importantes tarefas, como a de entender a mecânica da realidade, criticar o injusto e fazer girar a roda que transforma o mundo. O desafio continua sendo este, e, coisa incrível, parece ainda mais difícil. Mas não nos resta outra alternativa. Neste caso, somos fatalistas: lutar ou lutar!

Fernando Kinas
Kiwi Companhia de Teatro [junho 2016]



Fotografias da peça
"Morro como um país",
2014.

Foto:
Kiwi Companhia de teatro.



Fotografias da peça
"Morro como um país", 2014.

Foto: Kiwi Companhia de teatro.



Fotografias da peça
"Morro como um país", 2014.

Foto: Kiwi Companhia de teatro.

LAERTE COUTINHO

Laerte é autora de quadrinhos, cartuns e charges.

Nasceu em São Paulo, em 1951 – fez alguns cursos livres de pintura, desenho e teatro; entrou na USP, em Comunicações, para fazer Música e depois Jornalismo – não se formou.

É uma das criadoras da revista Balão (quadrinhos) e da empresa Oboré (assessoria de comunicação para sindicatos).

Publicou seu trabalho no O Pasquim, no O Bicho, no Estado de São Paulo, na Folha de São Paulo, em várias revistas.

Foi autora da revista Piratas do Tietê – também o nome da tira diária que produz.

Participou da redação de programas de TV da Rede Globo: "TV Pirata", "TV Colosso", "Sai de Baixo".

Apresentou o programa "Transando com Laerte", no Canal Brasil.



Laerte, dia 17.

Laerte Coutinho, 2013.

Sobre as manifestações de 2013.



Tvfolha.i562
Laerte Coutinho, 2011.



Tvfolha.i638
Laerte Coutinho, 2012.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

O Levante Popular da Juventude é uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade. Somos a juventude do Projeto Popular, e nos propomos a ser o fermento na massa jovem brasileira. Somos um grupo de jovens que não baixa a cabeça para as injustiças e desigualdades. A nossa proposta é organizar a juventude onde quer que ela esteja. O Levante surgiu em 2006 no Rio Grande do Sul e se nacionaliza no início de 2012.

Em 2012, após Dilma anunciar a criação da Comissão Nacional da Verdade, militares divulgaram uma carta, na qual ameaçavam a presidente, tentando pressionar para que a Comissão não se tornasse realidade. Frente a essa situação, o Levante, recém-nacionalizado, decidiu se posicionar inspirado pela prática de escrachos realizadas pela juventude na luta por Memória Verdade e Justiça em outros países da América Latina. Dia 26 de março de 2012 realizou uma primeira rodada nacional de escrachos, simultaneamente em sete estados brasileiros, organizada de maneira surpresa. Em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará torturadores amanheceram com suas casas ou seus locais de trabalho escrachados. A ação foi amplamente divulgada e contribuiu

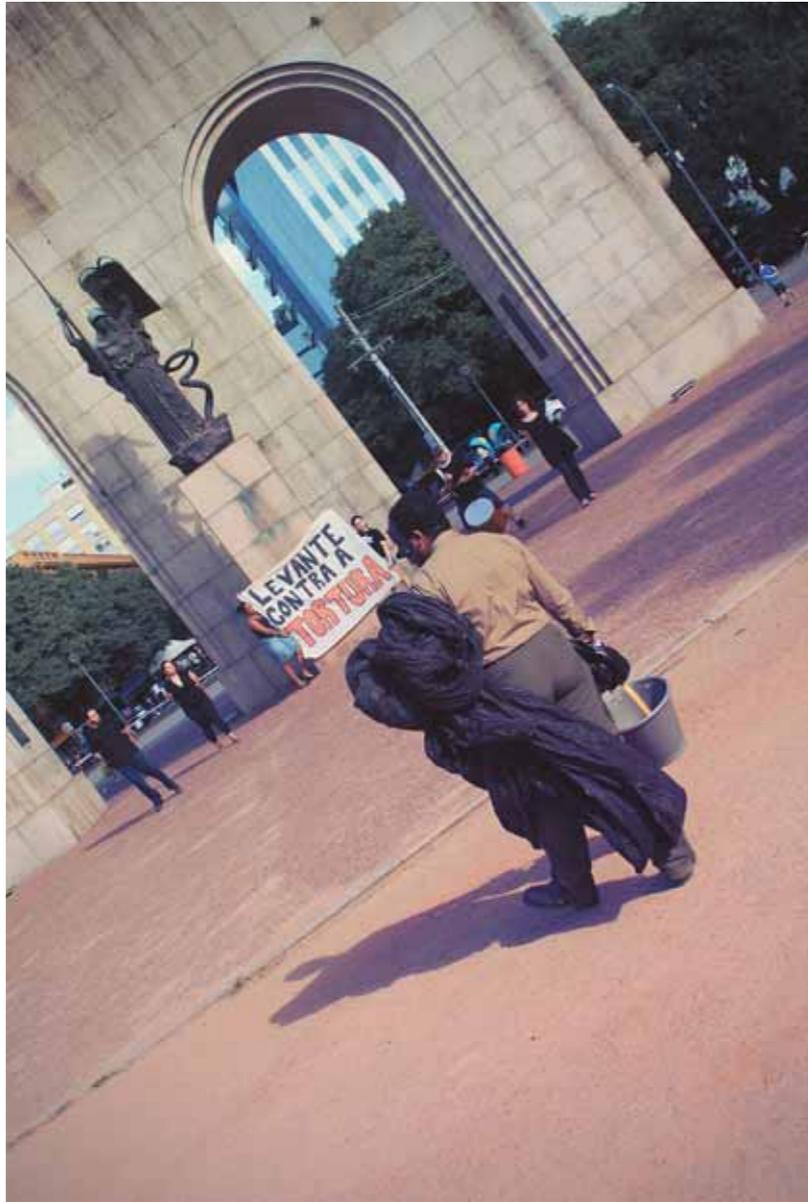
para que o debate sobre a CNV se colocasse com força na sociedade, propiciando a instauração da mesma pela presidente.

No dia 14 de maio de 2012 foi realizada a segunda rodada de escrachos, dessa vez em 16 estados, simultaneamente, incluindo o de Maurício Lopes Lima, no Guarujá (SP), um dos torturadores de Dilma Rousseff. Em Sergipe, o escrachado foi Dr. José Carlos Pinheiro, que entrou com ação judicial contra os jovens, o que mobilizou diversas atividades de solidariedade no estado até que ele se viu obrigado a retirar a denúncia.

Desde então, o Levante seguiu acompanhando as lutas por memória, verdade e justiça, realizando ações em diferentes estados relacionadas com cada realidade, compondo frentes e contribuindo em articulações e atividades relacionadas com o tema. Comissões locais e universitárias. Em muitas dessas atividades realizou intervenções de agitprop, utilizando elementos culturais e artísticos para chamar a atenção para os debates, denunciar torturadores e honrar a memória dos mortos e desaparecidos que deram a vida na luta por democracia.

No dia 1 de abril de 2014, o Levante realizou mais uma nova rodada nacional de escrachos, contando com dezenas de ações entre escrachos e intervenções de agitação e propaganda em lugares públicos.





Esquete teatral em
Porto Alegre.

Porto Alegre, março de 2012.



Escracho realizado
em Porto Alegre.

Porto Alegre, março de
2012.

Foto: Leandro Silva.

Escracho em Belo Horizonte durante os 50 anos do golpe.

Foto: Mídia Ninja.



Escracho em Belo Horizonte durante os 50 anos do golpe.

Foto: Mídia Ninja.



Escracho realizado ao Capitão Ubirajara.

São Paulo, 1 de abril de 2014.

Foto: Mídia Ninja.



Escracho realizado ao Capitão Ubirajara.

São Paulo, 1 de abril de 2014.

Foto: Mídia Ninja.

Escracho realizado ao Capitão Ubirajara.

São Paulo, 1 de abril de 2014.

Foto: Mídia Ninja.



Escracho realizado ao Capitão Ubirajara.

São Paulo, 1 de abril de 2014.

Foto: Mídia Ninja.



Escracho realizado ao Capitão Ubirajara.

São Paulo, 1 de abril de 2014.

Foto: Mídia Ninja.



Esgracho realizado ao
Capitão Ubirajara.

São Paulo, 1 de abril de
2014.

Foto: Mídia Ninja

PAULO EMMAN

Nascido em Manaus, Amazônia. Atualmente reside em Belém (PA) onde vive como cartunista, ilustrador, quadrinhista, jornalista e artista plástico. Possui trabalhos em salões nacionais e internacionais de humor.

Participa dos mais importantes salões que acontecem no país e no mundo desde 1986. Dentre eles estão os Internacionais de Piracicaba, Knokke-Heist (Bélgica), Umoresti Marostica (Itália), Omya (Japão), Piauí, Porto Alegre, Recife, Salão Internacional de Humor Contra a Aids (SP), Rio de Janeiro, Portugal, França, Alemanha, Rússia, Irã, Macedônia, Bienal de Humor de Natal (RN), Volta Redonda (RJ), entre outros.

Publicou HQ's em revistas, como MAD, Mil Perigos e Metal Pesado e Le Bouche du Monde. Teve HQ's premiadas em salões de humor. Foi duas vezes finalista do Salão Internacional do PortoCartoon (Portugal) - conquistando uma menção honrosa em 2010. Premiações nos salões Internacionais da Amazônia (2009), Portugal (2010), Franca (SP) - 2012 e Manaus (2014). Atualmente, produz sua própria revista de charges e cartuns, futebol, humor e cultura denominado PARAZÃOHEBDO

Sobre o trabalho:

Trabalho com pincel e nanquim desde 1990. Nas ilustrações de Araguaianas já estava usando a técnica digital. É rápida, prática, limpa. Tão limpa que não deixa registro nem do erro do artista. Isso me levou a retornar ao pincel e nanquim em um papel cansom 120 gramas. É um bloco A4 em que todas as ilustrações compõem o que se tornou um livro de registro com os originais deste trabalho. Acredito que todo tipo de técnica é possível e dependendo do trabalho você escolhe o estilo que quer usar.

Os desenhos tematizam o evento da Guerrilha do Araguaia. O desaparecimento forçado e a ocultação de cadáveres cometidos pela repressão da ditadura naquele período levou o Brasil a ser condenado, em 2010, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.





POR QUE O SENHOR ATIROU EM MIM?

A campanha "Por que o Senhor Atirou em Mim?" surgiu, no final de 2013, como resultado da articulação de diversos movimentos, coletivos e cidadãos que passaram, logo após o assassinato do jovem Douglas Rodrigues (17 anos), na Zona Norte de São Paulo, a se reunir em assembleias livres e abertas para lutar pelo fim da letalidade policial e por uma polícia desmilitarizada, mais humana e cidadã.

"Por que o senhor atirou em mim?" foi a pergunta feita por Douglas ao policial que lhe atingiu com um tiro fatal. O policial disse ter feito um disparo acidental. O jovem Douglas é apenas mais uma vítima destes "tiros acidentais", tão frequentes nas periferias de São Paulo.

A Campanha não acredita em tiros acidentais. Entendemos a violência policial como produto das desigualdades sociais e fruto de uma cultura racista e de criminalização da pobreza. Além de ser resultado de uma estrutura de Segurança Pública herdada da ditadura civil-militar, que leva a tônica da "perseguição ao inimigo interno".

Esta truculência da polícia sempre presente nas periferias ganhou visibilidade na mídia em junho de 2013, quando passamos a acompa-

nhar a ação violenta da corporação nas manifestações. Uso de armas, prisões arbitrárias, ações desmedidas e reações desproporcionais. A polícia não pode cercear o cidadão do seu direito à manifestação.

Outro modelo de segurança pública é urgente e necessário! Defendemos a estruturação de uma polícia humana que respeite o cidadão em seu direito livre de se manifestar, circular pela cidade e ocupar os espaços públicos. Pela desmilitarização da polícia!

A Campanha realizou assembleias abertas e livres, aulas públicas, debates e atos públicos.

Participam da campanha

Todos os artistas que gravaram voluntariamente

Arrua Coletivo

Mães de Maio

UNEAFRO – Brasil

Articulação Política das Juventudes Negras

Levante Popular da Juventude

Marcha Mundial de Mulheres

Quilombaque

Círculo Palmarino

Fórum em defesa da vida – Zona Sul

Comunidade Santos Mártires

TV Doc Capão

Associação Frida Kahlo

Instituto Brasileiro de Aliança Socio Ambiental

Projeto Batukai

Rede Ecumênica da Juventude

Bocada Forte Hip Hop

Campanha Eu Pareço Suspeito?



Logotipo da campanha.
Produção: Campanha
“Por que o senhor atirou em mim?” (2014).

PRA NÃO ESQUECER O QUE CONTINUA ACONTECENDO

Dia 1º de Abril | 14h | Praça Oswaldo Cruz



Manoel Fiel Filho

VÍTIMA DA DITADURA



Amarildo Dias de Souza

VÍTIMA DA DEMOCRACIA

Arte do 1º abril
Produção: Campanha
“Por que o senhor
atirou em mim?” (2014).

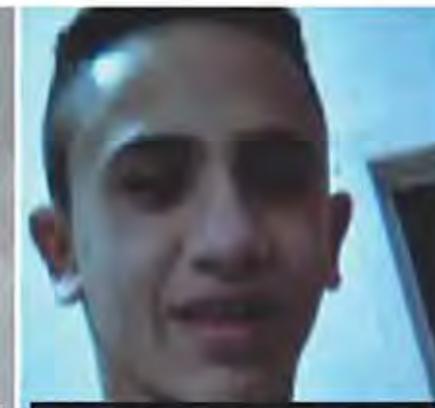
PRA NÃO ESQUECER O QUE CONTINUA ACONTECENDO

Dia 1º de Abril | 14h | Praça Oswaldo Cruz



Honestino Guimarães

VÍTIMA DA DITADURA



Douglas Rodrigues

VÍTIMA DA DEMOCRACIA

Arte do 1º abril
Produção: Campanha
“Por que o senhor
atirou em mim?” (2014).

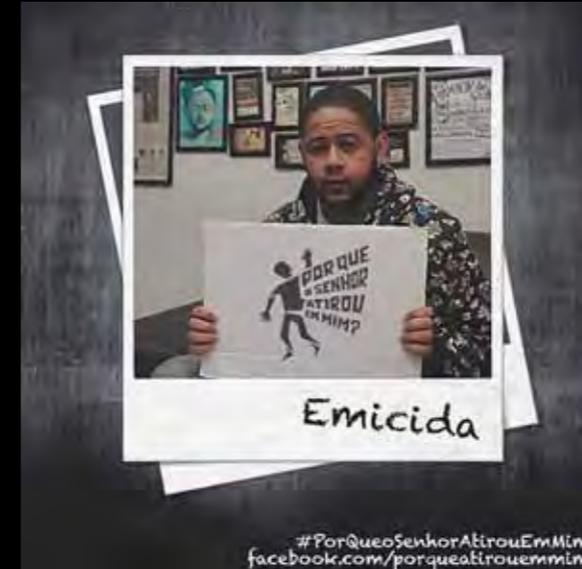
Ato oficina – sergio vaz
Produção: Campanha
“Por que o senhor
atirou em mim?” (2014).

Na foto: Sergio Vaz.



Ato oficina – zé celso
Produção: Campanha
“Por que o senhor
atirou em mim?” (2014).

Na foto: Zé Celso.



Emicida
Produção: Campanha
“Por que o senhor
atirou em mim?” (2014).

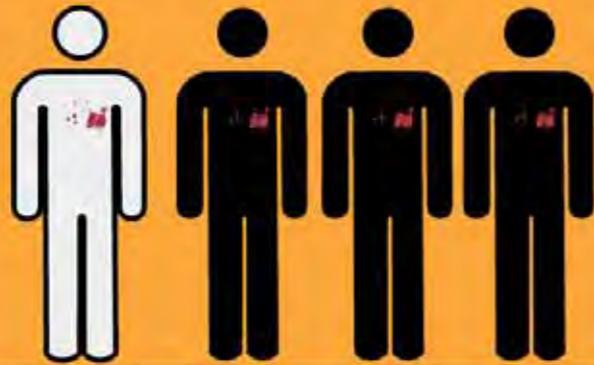
Na foto: Emicida.



Dexter
Produção: Campanha
“Por que o senhor
atirou em mim?” (2014).

Na foto: Dexter.

**3 EM CADA 4 MORTOS PELA
POLÍCIA MILITAR DE SP
SÃO NEGROS**



NÃO AO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA

 /porqueatirouemmim?

**FESTIVAL
CONTRA
A VIOLÊNCIA
POLICIAL**
17/5 a 7/6

Arte Eduardo vadolski2
Produção: Campanha
"Por que o senhor
atirou em mim?" (2014).

**EM 5 ANOS, A PM DE SÃO PAULO
MATOU MAIS DO QUE TODAS
AS POLÍCIAS DOS EUA**



 /porqueatirouemmim?

**FESTIVAL
CONTRA
A VIOLÊNCIA
POLICIAL**
17/5 a 7/6

Arte Eduardo vadolski2
Produção: Campanha
"Por que o senhor
atirou em mim?" (2014).

SABÔ COLETIVO

Do francês *sabot*, tamanco. É um coletivo que reúne pessoas interessadas em usar seus tamancos para travar as engrenagens que fazem girar os autoritarismos diários.

Do substantivo *sabot* derivaram novas palavras muito interessantes, como *saboter* e *sabotage*. Essas palavras surgiram nos séculos XVIII e XIX, quando operários franceses usavam seus tamancos para danificar e paralisar as fábricas.

No século XXI temos outros tamancos, mas ainda estamos atentos às necessárias transgressões.

Seguem algumas sabotagens libertárias.

<http://anarco-sabo.blogspot.com.br>



Placa a Raul Amaro
Nin Ferreira.

Foto: Acervo Sabó
Coletivo.



Placa a Antônio Joaquim de Souza e Carlos Alberto Soares.

Foto: Acervo Sabô Coletivo.



Chamado para ação.

Foto: Acervo Sabô Coletivo.



Modelo de placa usada nas ações.

Foto: Acervo Sabô Coletivo.



Placa a Fernando da Silva Lembo.

Foto: Acervo Sabô Coletivo.

POSFÁCIO

Denise Gomes de Aviz

São Paulo, SP, 1954.

Radicada em Curitiba desde 1984

Formação: Licenciatura em Educação Artística, Especialização em Artes Plásticas Faculdade de Belas Artes de São Paulo (1977 a 1980).

Exposições Individuais: Desenhos, SESC da Esquina, Curitiba (1986); Desenhos, Centro Cultural de São Paulo (1988).

Salões e Premiações: 9ª, 10ª, 11ª, 18ª Exposição Artes Plásticas, Fundação COPEL, Curitiba (1984, 1985, 1986 e 1995) prêmios aquisição; 29º Salão Artes Plásticas Novos, Arapongas/MAC/PR (1985) prêmio; 13º Salão Artes Plásticas de Jacarezinho/MAC/PR (1985); 7ª Mostra do Desenho Brasileiro, MAC/PR (1986); 9º Salão Nacional de Artes Plásticas, MARGS, Porto Alegre (1986).

Mostras Conjuntas: Desenhos (com Heliana Grudzien), Casa Romário Martins, FCC/Curitiba (1986); Desenhos (com Madalena Petzl), Sala Bandeirante, MAC/PR (1986).

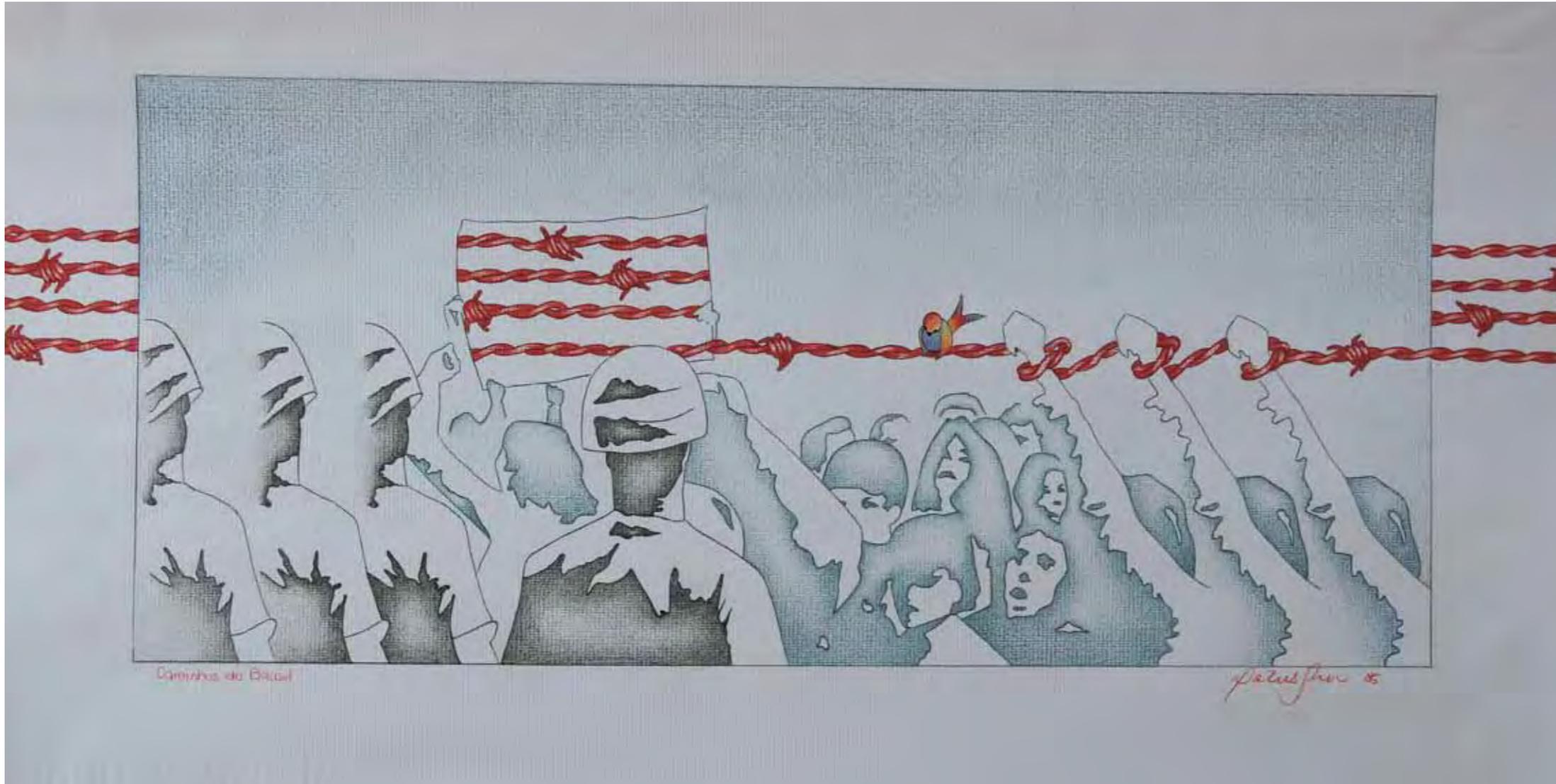
Coletivas: Selecionados Concurso de Desenho jornal Folha de São Paulo (1985); I e II Esquina da Arte, SESC da Esquina, Curitiba (1986 a 1987); Lápis de Cor e Pastel, SESC da Esquina, itinerante cidades paranaenses (1986); 3 Desenhistas (com Helena Grudzien e Jussara Topolski) SESC da Esquina, Curitiba (1987); Universidade Regional de Blumenau, SC (1987); Versões da Figura Humana, Teatro Guaíra, MAC/PR (1988); Escola de Arte Leila Pugnaroni, Curitiba (1997); Conjuntiva, Café Curaçao, Curitiba (1998); Escola de Arte Leila Pugnaroni, Curitiba (1998); Acontece Arte, Escola Anjo da Guarda, Curitiba (1999); 2ª Mostra Simultânea, Casa da Praça, Castro (2007).

Série: Caminhos do Brasil - 1986

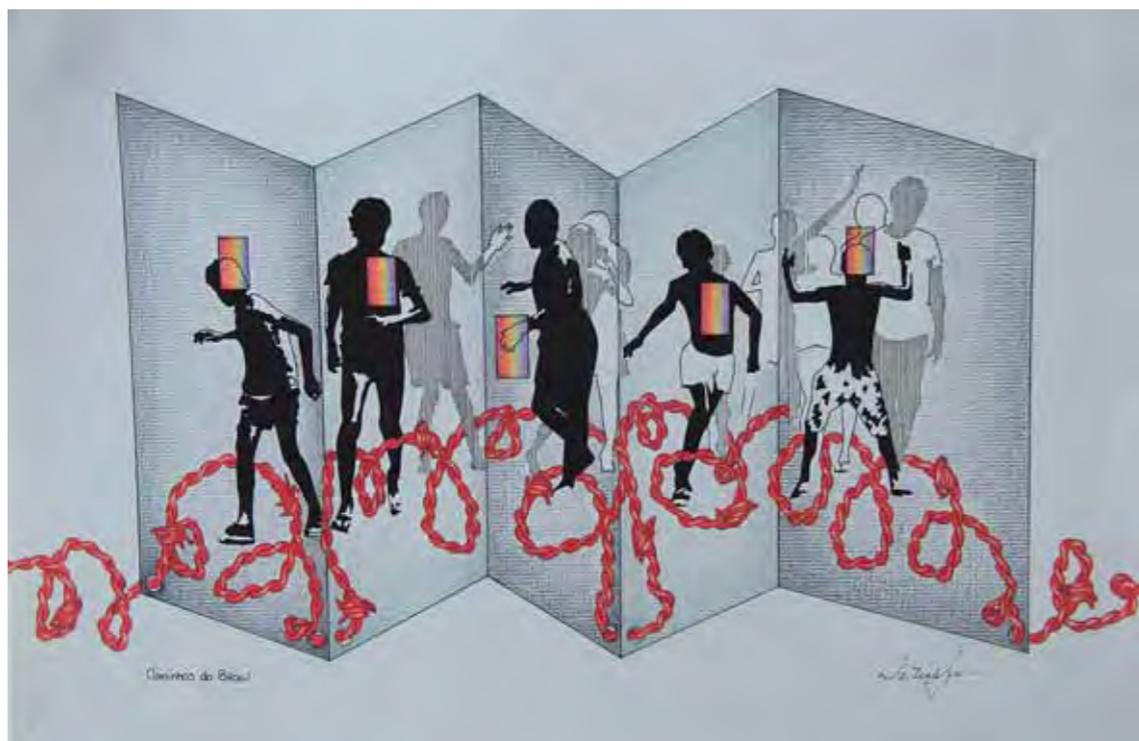
Fatos que vemos e ouvimos no dia a dia, as omissões e agressões de todos os nossos dias, os Caminhos do Brasil. O ponto de partida é a imagem e o que ela pode trazer de significado. A imagem repete-se, desdobra-se em planos sucessivos, desgasta-se, vai se consumindo. Uma imagem que se consome, que se por um lado adquire a significação de perda, por outro lado, esgotando-se, chega à liberdade, à vida.



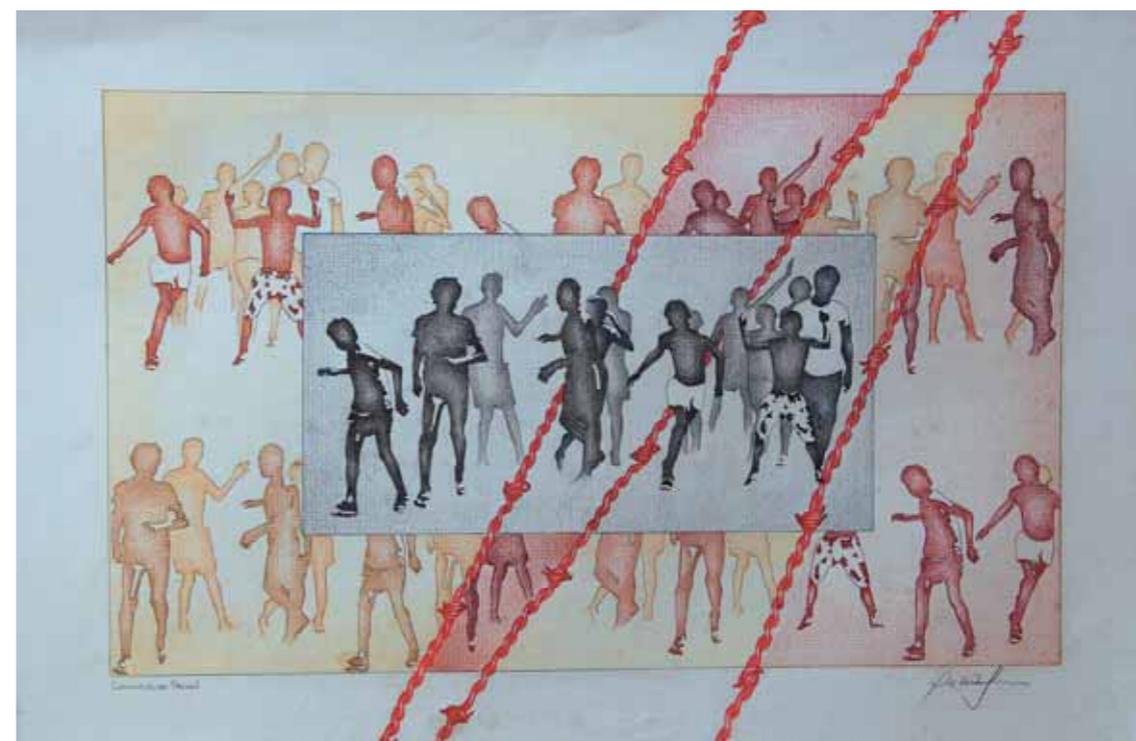
Caminhos do Brasil - 1986
Tamanho: 0,50 x 0,35m
Técnica: lápis de cor sobre papel



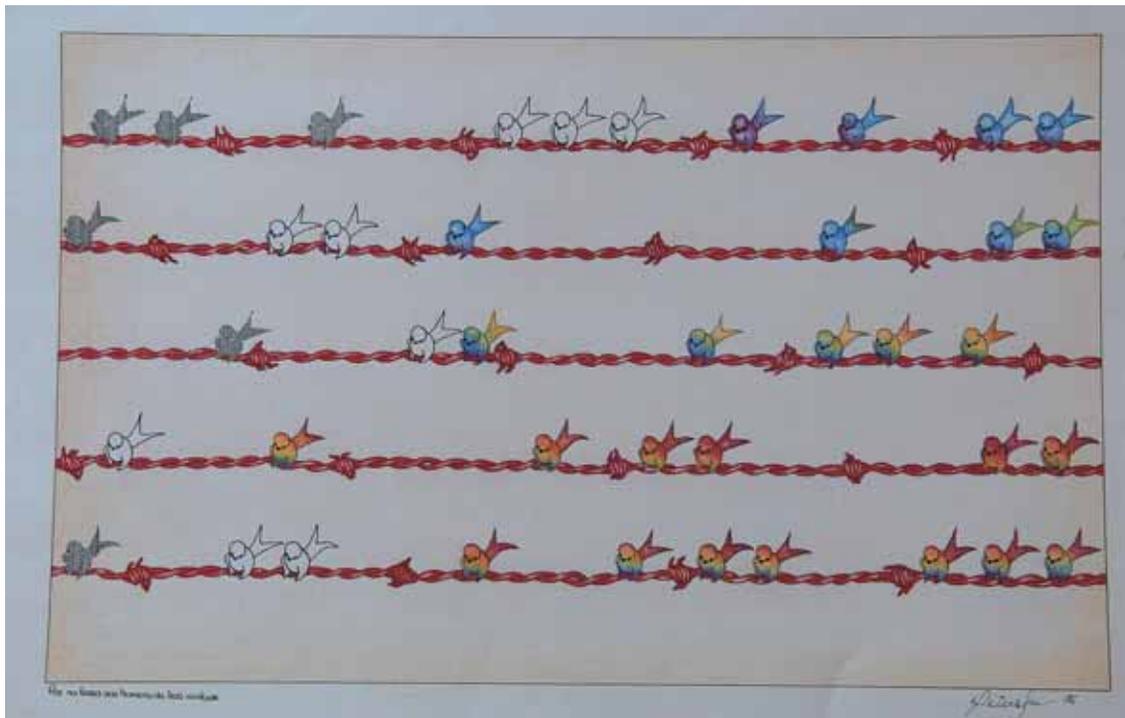
Caminhos do Brasil - 1986
Tamanho: 0,50 x 0,28m
Técnica: lápis de cor sobre papel



Caminhos do Brasil - Meninos de Rua - 1986
Tamanho: 0,35 x 0,25m
Técnica: lápis de cor/nanquim sobre papel



Caminhos do Brasil - Meninos de Rua - 1986
Tamanho: 0,50 x 0,35m
Técnica: lápis de cor sobre papel



Caminhos do Brasil - Paz na Terra aos
Homens de Boa Vontade,
Tamanho: 0,40 x 0,25m
Técnica: lápis de cor/nanquim sobre papel



ISBN 978-85-68483-22-2
9 788568 483222

UFMG

Centro de Estudos
sobre
Justiça de Transição

COMISSÃO DE
ANISTIA

MEMORIAL DA ANISTIA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA